



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Nutrição

Pedro Henrique Grassi

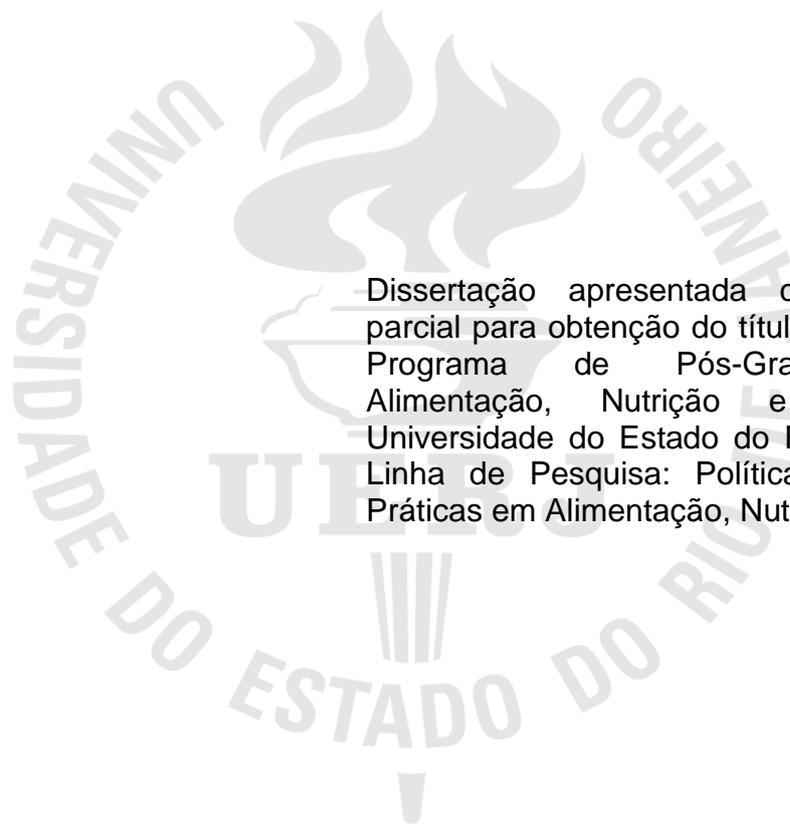
**Uma outra alimentação é possível? Uma reflexão acerca dos modos
de produção, distribuição e consumo global a partir do café**

Rio de Janeiro

2019

Pedro Henrique Grassi

Uma outra alimentação é possível? Uma reflexão acerca dos modos de produção, distribuição e consumo global a partir do café.



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Políticas, Saberes e Práticas em Alimentação, Nutrição e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiane Marques Seixas

Co-orientador: Prof. Dr. Francisco Romão Ferreira

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G769 Grassi, Pedro Henrique.
Uma outra alimentação é possível? Uma reflexão acerca dos modos de produção, distribuição e consumo global a partir do café / Pedro Henrique Grassi. – 2007.
86 f.

Orientadora: Cristiane Marques Seixas.
Co-orientador: Francisco Romão Ferreira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição.

1. Nutrição – Teses. 2. Alimentação – Teses. 3. Globalização – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. I. Seixas, Cristiane Marques. II. Francisco Romão Ferreira. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Nutrição. IV. Título.

es

CDU 612.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pedro Henrique Grassi

Uma outra alimentação é possível: uma reflexão acerca dos modos de produção, distribuição e consumo global a partir do café.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Políticas, Saberes e Práticas em Alimentação, Nutrição e Saúde.

Aprovada em 04 de julho de 2019

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dra. Cristiane Marques Seixas (Orientadora)
Professora Adjunta - UERJ

Prof. Dr. Francisco Romão Ferreira (Co-orientador)
Professor Adjunto - UERJ

Prof.^a. Dra. Juliana Pereira Casemiro
Professora Adjunta - UERJ

Prof.^a. Dra. Eliane Portes Vargas
Pesquisadora - FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Ao meu pai João Alves Grassi por ter iniciado essa história
À minha mãe Ana Maria por seu constante amor e auxílio

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E meu primeiro agradecimento vai a ela.

Agradeço também o segundo financiador dessa pesquisa, minha mãe, Ana Maria, complementando sempre o financiamento da CAPES para que eu conseguisse realmente sobreviver na cidade do Rio de Janeiro. E além disso a todo seu amor, cuidado e apoio por todo esse tempo que estou longe de casa.

Agradeço à minha orientadora Prof^a Dr^a Cristiane Marques Seixas e meu orientador Prof. Dr. Francisco Romão Ferreira pela ajuda a trilhar os caminhos da pesquisa, seus conselhos e apoios fundamentais para esse trabalho.

Assim como todos os docentes e discentes que compõe o Nectar, com seus olhares atentos, cuidadosos e construtivos.

Agradeço a todos meus amigos, que mesmo não influenciando na pesquisa, sempre me apoiaram na vida.

Agradeço a todos os encontros que me motivaram a me indignar com as diferenças sociais, a pobreza e que fazem ferver meu sangue ao saber que do ar-condicionado poucos lucram sobre os calos na mão e lombo quente de sol de muitos trabalhadores.

A minha professora Alessandra, que desde a graduação soube potencializar meus pensamentos e vida.

E agradeço a Aline, meu amor, companheira de vida, por todas as conversas e apoios.

Não devemos temer os que detêm o poder
Se eles são um, nós somos um milhão
Os explorados precisam de se unir
Para o sistema destruir

Garotos Podres

RESUMO

GRASSI, Pedro H. **Uma outra alimentação é possível?** Uma reflexão acerca dos modos de produção, distribuição e consumo global a partir do café. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Destaca-se a discussão sobre as consequências da produção e consumo alimentar ao meio ambiente, ao *socius* e à subjetividade humana. Propõe-se compreender os mecanismos da produção e consumo de alimentos evidenciando sua estrutura, seus agenciamentos e sua relação com a lógica da globalização hegemônica à luz dos três registros ecológicos de Guattari. Por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, que foi construída a partir de dois artigos, um, utilizando os métodos de histórias de vida, e da análise fílmica, e outro capítulo revisando a literatura conceitual. Apresenta a relação entre o capitalismo e questões ligadas à agricultura como o trabalho escravo, a miséria, contaminações ambientais por agroquímicos, adoecimento psíquico, concentração de renda e de terras, etc. Conclui-se que existe a necessidade de se debater outros modos de produzir e consumir que possam mitigar ou reverter os impactos que a forma hegemônica e convencional tem gerado aos três registros ecológicos.

Palavras-chave: Três ecologias. Consumo alimentar. Produção alimentar. Globalização. Capitalismo mundial integrado

ABSTRACT

GRASSI, Pedro H. **Is another feeding possible?** A reflection on the modes of production, distribution and global consumption as of the coffee. 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

We highlight the discussion about the consequences of food production and consumption on the environment, society and human subjectivity. It is proposed to understand the mechanisms of food production and consumption evidencing its structure, its assemblages and its relation with the logic of hegemonic globalization in light of the three ecological records of Guattari. Through a qualitative research of exploratory nature was constructed from two articles, using the method of life stories and film analysis and a chapter reviewing the conceptual literature. It presents the relationship between capitalism and agricultural issues such as slave labor, poverty, environmental contamination by agrochemicals, psychic illness, concentration of income and land, etc. It is concluded that there is a need to discuss other ways of producing and consuming that can mitigate or reverse the impacts that the hegemonic and conventional way has generated to the three ecological records.

Keywords: Three Ecologies. Food Consumption. Food Production. Globalization. Integrated World Capitalism.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	9
	INTRODUÇÃO	11
	METODOLOGIA	14
1	CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITUALIZAÇÃO	17
1.1	Os três registros ecológicos em Guattari	20
1.2	Capitalismo mundial integrado (CMI) e globalização	26
1.3	Território e subjetividade	28
1.4	Ecosofia e consumo	31
2	ARTIGO: AS PRAGAS IRÃO TODAS PARA SUA LAVOURA: ILHADOS EM UM MAR DE AGROTÓXICOS	35
2.1	Introdução	35
2.2	Histórias e vidas	38
2.2.1	<u>Agricultura em Ouro Fino</u>	40
2.2.2	<u>Conselhos?</u>	42
2.3	Discussão	44
2.3.1	<u>Territórios</u>	45
2.3.2	<u>Produção e reprodução dos territórios</u>	51
2.4	Conclusão	54
2.5	Referências	57
3	ARTIGO: O QUE TEM ATRÁS DO VULCÃO? UM ABISMO SOCIAL QUE PRODUZ UM DOS MELHORES CAFÉS DO MUNDO	59
3.1	O filme e os métodos da análise fílmica	62
3.2	Trabalho análogo ao escravo nas lavouras cafeeiras de Ixcanul e no Brasil	66
3.3	Aldeias do agronegócio	67
3.4	A relação entre o trabalhador rural e o pequeno produtor	69
3.5	Precarização do modo de viver e da casa dos trabalhadores	71
3.6	Considerações finais	75
3.7	Referências	78
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	83

APRESENTAÇÃO

Desejo, antes de iniciar a dissertação, apresentar a minha trajetória e como a partir dela desenvolvi uma pesquisa dentro do PPGANS. Sou formado em psicologia pela Universidade Federal Fluminense, mas além dessa formação, cresci em uma família de produtores rurais e na época de graduação elaborei um trabalho focado em alimentos.

Foi a junção desses três eventos principalmente, que me trouxe o interesse em desenvolver uma pesquisa no âmbito da alimentação. Não somente por pertencer a uma família de produtores, mas também por crescer em uma região onde a agricultura e a pecuária tem grande importância social, cultural e econômica, acompanhei de perto as alegrias e decepções que atingem aos produtores, principalmente os de pequeno e médio porte, com os quais tive relação direta. O trabalho é sempre pesado nas lavouras e as recompensas não são sempre compensatórias, e que de alguns anos para cá vem se tornando cada vez menos rentáveis, principalmente no caso da cafeicultura e da pecuária de leite, as maiores atividades da região onde cresci.

No entanto foi no decorrer da graduação em psicologia que comecei a questionar esse *modus operandi* da produção e comércio, não só dos alimentos, mas deles especificamente. Compreendi que existia um salto entre a produção e o consumidor final, e a forma como o comércio opera, cria e intensifica diversas crises ecológicas, não são apenas ambientais, mas sociais e subjetivas. Isso se deu durante o curso, em uma disciplina chamada Ecopsicologia, com a fala da professora que a ministrava, que bradou: “a forma como a gente gasta nosso dinheiro é um ato político!” Essa fala me pôs a pensar quais as ações que nos incentiva a consumir de uma maneira, e como somos co-responsáveis pelos impactos gerados pela produção do que consumimos. Em consequência disso passei a pensar quais formas de relação podemos criar a partir do consumo e da produção. Assim iniciei um projeto que se transformou em objeto da pesquisa que realizei no trabalho de conclusão de curso.

O projeto consistia em ofertar alimentos de qualidade aos transeuntes do *hall* do Polo Universitário de Rio das Ostras, onde me graduei, sem que nenhuma relação de troca fosse estabelecida com obrigatoriedade. Esse foi o princípio para pensar como construir uma relação de mercado que pudesse alimentar a todos, com

qualidade, sem que com isso houvesse alguém que saísse prejudicado. Ao pesquisar, fui cada vez mais me deparando com um mercado do alimento que tende a criar cada vez mais famintos, mesmo que esteja produzindo cada dia mais alimentos, existe grande desperdício que significa diretamente um desperdício de recursos naturais e poluição do meio ambiente.

O desejo por aprofundar essas questões me levou ao encontro do Núcleo de Estudos sobre Alimentação e Cultura (NECTAR) que conta com uma proposta interdisciplinar, amparando os mais diversos campos de saber a fim de investigar as variantes formas de alimentação e suas manifestações socioculturais no campo da Alimentação e Nutrição.

INTRODUÇÃO

Uma outra alimentação é possível? Essa pergunta inicial, que inclusive compõe o título desse trabalho, poderia facilmente ser respondida de maneira afirmativa. Sim, uma outra alimentação é possível. No entanto as barreiras são muitas para que se construa realmente uma outra forma de se relacionar com o alimento. Este trabalho foi construído com o desejo de se ampliar a discussão da alimentação a partir da compreensão do seu consumo como um sistema de ação (DESJEUX, 2011), integrando a produção, a distribuição, o consumo propriamente dito e o destino final, tanto do bem a ser consumido como de suas embalagens, de tal modo que podemos avaliar os impactos gerados aos três registros ecológicos, apresentados por Félix Guattari (2014) se referindo ao meio ambiente, ao *socius* e a subjetividade humana.

Outra referência ao título do trabalho é a obra de Milton Santos (2001) *“Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”*, onde o autor explora a possibilidade de uma outra forma de globalização frente ao modelo que chamou de globalização perversa. A partir dessa perspectiva de Santos nos propusemos a compreender em quais aspectos a globalização e a alimentação se relacionam, suas manifestações perversas ou hegemônicas, e as possibilidades contra hegemônicas, uma outra alimentação. Avaliar a relação hegemônica da alimentação também é feita a partir da perspectiva do Capitalismo Mundial Integrado (CMI), conceito apresentado por Guattari (2014; GUATTARI e ROLNIK, 1996), em que se difere de um capitalismo pois atua em um só bloco, produtivo-econômico-subjetivo e é resultado ao mesmo tempo de causas materiais, formais, finais e eficientes.

Esse trabalho tem como objetivo geral compreender os mecanismos da produção e consumo de alimentos evidenciando sua estrutura, seus agenciamentos e sua relação com a lógica da globalização hegemônica à luz dos três registros ecológicos de Guattari. Para que se torne possível atingir esse objetivo geral, os objetivos específicos consistem em: evidenciar as estruturas que regem o consumo alimentar hegemônico; apresentar a relação entre consumo alimentar e a globalização; identificar os agenciamentos que envolvem a alimentação, seus modelos hegemônicos, não-hegemônicos; construir uma análise crítica das diversas formas de se produzir, distribuir e consumir alimentos .

Esse trabalho se organiza da seguinte forma.

No primeiro capítulo I construímos uma contextualização geral do problema a partir da revisão de literatura de conceitos pertinentes a discussão. Nele é apresentado a relação que observamos entre a alimentação e os três registros ecológicos, ao CMI, a globalização hegemônica, aos conceitos de território tanto do ponto de vista da geografia humanista de Milton Santos (1993; 1998; 2007), quanto a partir da filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattar em seus trabalhos juntos, como em seus trabalhos separados.

Os dois capítulos posteriores foram organizados a partir de dois textos.

Em “As pragas irão todas para sua lavoura: ilhados em um mar de agrotóxicos”, capítulo dois desse trabalho, explora-se a produção de subjetividade capitalista voltada para o uso de agrotóxico pelos agricultores de pequeno e médio porte. A compreensão que aprofundamos com o artigo é que existe um discurso que ecoa entre os agricultores a respeito da utilização de agroquímicos nas lavouras, discurso que se sustenta pelo medo dos danos que podem ocorrer, principalmente pela hegemonia das produções convencionais ao redor. O artigo foi construído a partir de três diálogos entre minha família com profissionais de diferentes áreas da agricultura, um engenheiro agrônomo, um pequeno produtor e um trabalhador rural. A semelhança entre os três diálogos era um discurso que desacreditava a possibilidade e os benefícios da agricultura orgânica. A conclusão que obtivemos é de que a ideologia capitalista produz subjetividades e transforma os territórios existenciais e assim também transforma os territórios físicos. Impactando o ambiente, o *socius* e a subjetividade.

Todos esses agentes do diálogo possuem relação de amizade com a família. O engenheiro é um dos nomes antigos da região e o diálogo aconteceu com ele de forma espontânea, sem que houvesse qualquer serviço contratado, apenas expressando sua opinião e seu conselho, para nós, novatos na agricultura, já que quem cuidava dessa parte era meu falecido pai. O pequeno produtor é um parente, referido também como agricultor familiar, que sobrevive das suas lavouras porém consegue contratar serviços de terceiros, e assim como o engenheiro, nos aconselhou para que não fizessemos más escolhas quanto ao plantio. E me refiro ao trabalhador rural os sujeitos que vendem suas forças de serviço, muito comumente na região vindos do nordeste nos tempos de colheita, ficando alguns empregados

pelos pequenos produtores, realizando serviços para mais de um produtor sem, muitas vezes, vínculos empregatícios.

Em “O que tem atrás do vulcão? Um abismo social que produz um dos melhores cafés do mundo” também exploramos o impacto do capitalismo na produção agrícola. Nesse artigo utilizamos o método da análise fílmica para a sua construção, o filme analisado foi “Ixcanul” (2015), que remonta a história de Maria, uma jovem da etnia Kaqchikel contextualizada em uma lavoura cafeeira. Exploramos nesse filme a representação do agronegócio sobre a vida dos personagens que tem por ele suas existências massacradas, a dominação dos seus corpos e dos seus destinos. Nesse artigo evidenciamos a forma como o modelo hegemônico, capitalista e neoliberal age sobre as comunidades produtoras, deixando-os refém de sua lógica. Um paralelo é criado entre a situação apresentada no filme e a realidade da agricultura brasileira. Notícias de trabalho escravo no Brasil se assemelhava com a situação descrita no filme, assim como a realidade dos pequenos produtores frente sua autonomia, pouco existentes ou delimitadas por fatores externos. Assim buscamos na análise fílmica apresentar os conceitos de controle, sujeição social e servidão maquínica, assim como os modelos de agenciamentos a-significantes desenvolvidos por Deleuze e Guattari ao longo de suas obras.

Esperamos que esse trabalho difunda a necessidade de ampliar o olhar para o alimento e os impactos gerados pelas escolhas feitas para o seu consumo sob a perspectiva de um sistema de ação, assim como apontar a esperança de uma saída ecosófica a fim de minimizar as crises que acompanham as evoluções tecnológicas, mercadológicas, econômicas, etc.

METODOLOGIA

O presente trabalho segue o enfoque de ensaio teórico. Esta metodologia foi escolhida para que possamos propor uma reflexão acerca dos modos em que a alimentação se apresenta na atualidade, e, valorizar aspectos relacionados às mudanças qualitativas dos objetos ou fenômenos de pesquisa, diferenciando a pesquisa das ciências positivistas (MENEGETTI, 2011). Outro motivo que nos faz caminhar por essa metodologia se dá pela incapacidade de predizer os resultados, ou de lançarmos hipóteses a ele, o que havia sido pensado possível em um primeiro momento. Esse percurso inicial, o próprio título do trabalho sofreu uma mudança importante, passando de uma afirmação para uma pergunta. Um sinal de interrogação acrescentado transforma todo o trabalho em uma reflexão profunda sobre o tema da alimentação aguçando a investigação sobre as formas como ela pode se apresentar no contexto contemporâneo de uma sociedade globalizada e, também, de como ela participa desse modo relativamente novo das sociedades e sujeitos se relacionarem.

Se no ensaio teórico há uma relação de construção entre o sujeito e objeto, contando com uma interação da subjetividade do pesquisador com a objetividade de seu objeto, o ensaio teórico pressupõe que a realidade pode ser compreendida de outras formas diferentes que o da pesquisa científica tradicional, trazendo para sua composição diferentes abordagens teóricas. A costura dos conceitos e dos autores escolhidos são fruto de uma reflexão que se alimenta a cada nova descoberta, permitindo que as perguntas de pesquisa orientem a investigação teórica. (MENEGETTI, 2011). Temos mais perguntas a fazer do que respostas a desenvolver. Dessa forma, pretendemos não operar a partir de uma lógica esquemática e sistemática da ciência tradicional, comum ao campo da nutrição. Contudo, não utilizaremos ensaio-teórico uma forma de negar a esse modelo de ciência tradicional, mas com o intuito de complementar esse modelo, levantando provocações, de maneira reflexiva, acerca da alimentação e de como ela se manifesta no mundo, observando as mudanças que ela pode adquirir nos diversos contextos e a partir da passagem do tempo. É desse modo que observamos que no consumo existem diversas definições e importâncias que se aplicam atualmente, mas que, há tempos, não fariam sentido, e vice-versa. Ou que o alimento também é múltiplo a partir de cada classe que o consome, ou cada sujeito. Exatamente por

todas essas perspectivas que se pode observar o consumo alimentar o ensaio teórico aparece como um melhor método, não querendo confirmar uma verdade universal, mas explorar as suas possibilidades. Quais são elas, como se constroem e quais os elementos presentes são as perguntas que fazemos.

Outros métodos também foram utilizados para ampliar as possibilidades de experimentações, especulações e vivências sobre o objeto. Incorporamos, para isso, os métodos de história de vida (BECKER, 1994) no artigo “As pragas irão todas para sua lavoura”, análise fílmica (SEABRA, 2014) no artigo “O que tem atrás do vulcão? Um abismo social que produz um dos melhores cafés do mundo” além de análise de matérias jornalísticas, de literaturas, não apenas como um objeto, mas quando ele passa a se manifestar como um fenômeno e uma revisão de literatura de conceitos importantes para a construção do trabalho.

O capítulo um foi construído a partir de um capítulo contextualizando a abordagem e introduzindo os conceitos utilizados nos próximos dois capítulos que foram produzidos para integrar dois livros. O capítulo dois desse trabalho, intitulado “As pragas irão todas para sua lavoura: ilhados em um mar de agrotóxicos” foi publicado pela Editora do CCTA de João Pessoa no livro “Alimentação e Sustentabilidade” organizado por Rodrigo Machado Vilani, Elídio Vanzella e Adriana Brambilla, ISBN: 978-85-9559-157-8, pertencente a série “Alimentação e Cultura” desenvolvida pelo Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET), uma parceria entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O terceiro capítulo, “O que tem atrás do vulcão? Um abismo social que produz um dos melhores cafés do mundo” foi aceito para a publicação no livro “Cinema e Comensalidade 3”, fará parte da coletânea Sabor Metrôpole, os organizadores são Maria Cláudia da Veiga Soares de Carvalho, Eliane Portes Vargas, Francisco Romão Ferreira e Shirley Donizete Prado, será publicado pela Editora CRV de Curitiba.

Desta forma nos proporemos a pensar com a alimentação, sua produção e consumo. Não apenas sobre. Pensar com a alimentação implica que observemos as relações que acontecem entre ela, os objetos físicos e abstratos assim como as forças potenciais que participam da sua construção ou que dela extraem para construir a si próprios. É sobre pensar com conceitos, com estratégias, com a relação com a vida e com tudo que a envolve. É compreender a alimentação não a

partir de, mas, com. Com os três registros ecológicos, com a ecosofia, com o Capitalismo Mundial Integrado (CMI), com a micropolítica e macropolítica.

É na interação entre o sujeito, o autor, e o fenômeno, a produção e consumo do alimento, sem qualquer isolamento, na sua interação com o contexto, com as condições sensíveis, sistemas de interpretação formulada e da presença social que buscaremos apresentar as perguntas satisfatórias e articular os conceitos para que possamos compreender a realidade.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITUALIZAÇÃO

É a partir do consumo alimentar que compreendemos a alimentação, observando além de um ato isolado, que carrega consigo diversos simbolismos sociais, afetivos, culturais etc. Dessa forma, mesmo que uma refeição seja feita de forma solitária, carrega consigo todas as práticas apreendidas da sociedade como um todo. Além dessas questões que já dão um caráter complexo para a alimentação compartilhamos de uma perspectiva de Desjeux (2011) que trata o consumo como um sistema de ação, ampliando sua noção para além da utilização, acrescentando as etapas de produção, distribuição e destino final como integrante dessa atividade. É dessa forma que nosso olhar se lança ao consumo alimentar, onde todos que integram qualquer parte desse sistema tem certa responsabilidade pelos impactos relacionados a qualquer produto, no nosso caso, o alimento.

Nessa perspectiva não existe uma separação entre o consumo/utilização do bem e sua produção, são codependentes e produzem uma a outra, sendo necessário para a compreensão da possibilidade de uma outra alimentação observá-la a partir de todo o seu sistema de ação, analisando os caminhos e as dificuldades para reorganizar e reestruturar todos os elementos que compõem esse sistema.

A necessidade de se reorganizar o consumo em geral e do alimento em específico se dá a partir da análise dos impactos gerados, que se tornam a cada dia mais insustentáveis. O consumo em geral precisa ser constantemente problematizado, já que é uma prática fundamental da sociedade contemporânea e capitalista que segue a ordem de produção econômica do lucro, que, por si só, tem acelerado e agravado às grandes crises que afetam o mundo como um todo na atualidade. Essa forma de consumo acaba por ser causa de diversos impactos que afligem tanto ao meio ambiente como à subjetividade humana e ao *socius*, que em conjunto Guattari (2014) denomina como os três registros ecológicos. A respeito dessas práticas que tendem a levar ao esgotamento dos três registros ecológicos Guattari aponta uma preocupação, da qual compartilhamos, sobre estarem em jogo as condições da vida na Terra.

Em sua obra, “As três ecologias” (2014), Guattari aborda as questões ligadas aos três registros ecológicos, desenvolvendo em um dos temas centrais às relações que se estabeleceram entre os países dos chamados primeiro mundo e terceiro mundo e a forma como se consolida o Capitalismo Mundial Integrado (CMI). Nessas

relações acontece um paradoxo onde, de um lado existem a miséria e a fome e no outro o desenvolvimento técnico-científico que poderiam resolver esses problemas, porém, faltam operadores que visem esse objetivo. Junto a isso, o crescente desenvolvimento das ciências também pode elevar o risco ao meio ambiente e à vida na terra, quando operada de maneira inconsequente, o que é bem exemplificado pela tragédia ocorrida em Chernobyl.

No contexto do consumo alimentar podemos apontar a utilização de agrotóxicos e outros agroquímicos, que sem um extremo cuidado, também podem ocasionar uma série de desastres aos três registros ecológicos, alguns já são possíveis de se observar tais como, a contaminação das águas (FAO, 2018), do solo e intoxicação de pessoas (SOARES, 2010), assim como a produção de sementes transgênicas que por fertilizarem outras plantas não transgênicas podem contribuir para a diminuição da biodiversidade (SILVA JUNIOR e ALVES FILHO, 2016), problemas que só poderão ser percebidos a posteriori, quando já não houver mais maneiras de contê-los.

O que tem de comum nessas práticas é uma valorização do capital econômico acima das três ecologias. Produzir riquezas é mais interessante que preservar. Exemplos dessas práticas se estendem pela história e deixam marcas muitas vezes irreparáveis. A produção agrícola se alastra com desmatamentos ilegais, indígenas são assassinados em conflitos com os barões do agronegócio, e cada vez mais, na atualidade brasileira, vemos essas práticas serem incentivadas pelo atual presidente da república, que brada constantemente contra os órgãos de proteção ambiental como o IBAMA e ICMBio, e ameaça o MST e as políticas de reforma agrária. Legitimando cada dia mais práticas degradantes das três ecologias.

Mas o que vemos é que, o mesmo, é um simples fantoche “do império de um mercado mundial que lamina os sistemas particulares de valor, que coloca num mesmo plano de equivalência os bens materiais, os bens culturais, as áreas naturais etc.” (GUATTARI, 2014, p. 10) E ,que se faz valer, colocando “o conjunto das relações sociais e das relações internacionais sob a direção das máquinas policiais e militares” (GUATTARI, 2014, p. 10). Muitas vezes tentando legitimar também as forças paramilitares para essas ações.

De um lado temos uma supervalorização econômica, onde tudo representa o capital, e do outro lado todas as relações se mantem sob o domínio das forças

militares. Uma sociedade controlada que precisa se manter em ordem, sendo essa ordem a que protege e faz sobreviver o modelo capitalístico.

Isso que modela as relações entre os três registros ecológicos, essa ordem capitalística, Guattari denomina de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), um novo modelo de capitalismo, pós-industrial, que, diferente ao anterior do começo do século, apoiado e apoiando os avanços tecnológicos, atua de forma mundial e integrando não só os fatores econômicos, mas manifestando e um só bloco sobre os fatores produtivos-econômicos-subjetivos, resultando ao mesmo tempo de causas materiais, formais, finais e eficientes (GUATTARI, 2014).

Guattari diz escrever “As três ecologias” com o intuito de nortear uma saída para as crises que atravessamos desde a sua época e que são intensificadas por esse novo modelo capitalístico. O desejo manifesto de Guattari é “tolher a falta de graça e a passividade ambiente” (2014, p. 56). Frase que demonstra o seu anseio por uma reviravolta a partir não só de forças visíveis em grandes escalas, mas também as menores, micropolíticas, dos domínios moleculares da sensibilidade da inteligência e do desejo, para que possa resolverem as questões que afetam os três registros ecológicos, uma tomada de ação a partir de “novas práticas sociais, novas práticas estéticas, novas práticas de si na relação com o outro, com o estrangeiro, com o estranho” (p. 55). Uma prática que Guattari (2014) define como ecosófica, sendo essa uma articulação ético-política e estética dos três registros ecológicos, “da subjetividade em estado nascente, do socius em estado mutante e do meio ambiente no ponto que pode ser reinventado” é onde estará a “saída das crises maiores de nossa época” (p. 55).

Queremos aqui, além de apresentar a obra sobre a qual nos amparamos para a produção desse trabalho, chamar a atenção para a compreensão de que algumas práticas da produção capitalista podem se transformar em verdadeiras tragédias. O mesmo acontece com o modo hegemônico de se consumir alimentos, onde foram aplicados produtos químicos e, que ainda não é possível estabelecer seus efeitos futuros aos três registros ecológicos, expõe todo o planeta a uma série de riscos assim como agrava a desigualdade entre os produtores, seja referente aos países produtores ou aos agricultores, por consequências do modo como se manifesta o mercado capitalista.

Por sermos consumidores, somos todos responsáveis pelos problemas causados tanto pela produção como pelo descarte. O consumo sendo entendido

como um sistema de ação, deve nos fazer repensar nossas escolhas, nossos modos de existência.

1.1 Os três registros ecológicos em Guattari

“Existe uma ecologia das ideias danosas, assim como existe uma ecologia das ervas daninhas” (BATESON, 1972, p. 484). Guattari escolhe essa frase para a epígrafe de *As três ecologias* afirmando desde o início a sua perspectiva. Com essa inferência Bateson está discutindo a existência de uma ideia, um acultramento do “eu”, das organizações, dos modos de viver, da espécie, que impedem ao homem estabelecer relações com a natureza de qualquer outra forma que não a partir desse “eu”. O homem apreende a ecologia a partir do seu modo de viver, do seu sistema de regular a sociedade, capitalístico no caso contemporâneo, impedindo que os modos de vida não condizentes com suas regras possam existir.

Na agricultura o que se cultiva não são as ervas daninhas, se deve exterminá-las para que a lavoura prospere. Mas quando partirmos para o plano das ideias percebe-se que bastante das ideias danosas são cultivadas em nome da economia de lucro, perspectiva que se alastra pelos três registros ecológicos. O que se cultiva é o capital.

Os três registros ecológicos aos quais Guattari se refere são, como já mencionado anteriormente, o da subjetividade humana, das relações sociais e do meio ambiente. Para o autor são esses registros que estão em jogo frente as crises que atravessam o nosso tempo. Por mais que sejam três manifestações ecológicas aparentemente separadas eles se correlacionam de maneiras e intensidades diversas, da mesma forma que distintas questões os afetam ao mesmo tempo variando apenas a forma de acordo com a situação histórica, política, cultural, geográfica, assim como a acuidade que são afetados. A exemplo disso podemos observar o caso do uso de agrotóxicos nas lavouras.

Uma primeira discussão que aparece ao levantar a questão sobre o seu uso dos agrotóxicos se deve aos impactos ambientais causados pelos produtos químicos, como a contaminação das águas e da terra (FAO, 2018), ou então danos à saúde dos produtores e dos consumidores (SOARES, 2010). Mas a nível político a utilização tem um efeito indireto na economia brasileira já que a compra e venda de agrotóxicos recebem incentivos fiscais e, por conceder esses incentivos, a União

deixa de receber em média R\$1bilhão por ano, situação que amplia com a política de não recolhimento de impostos de cada estado brasileiro (ANGELO, 2019). Ao falarmos de um país que está passando por uma grave crise econômica, com anúncios do governo para a retirada dos direitos dos trabalhadores, com funcionalismo público de diversos Estados sem receber o salário, percebemos uma transferência de renda dos trabalhadores para os rentistas, para o mercado, para as grandes empresas, em resumo, para os grandes capitalistas. Além disso, o incentivo fiscal favorece o alto consumo dos produtos, agravando ainda mais os problemas de contaminação do solo e das águas e de saúde pública. Formando um grande ciclo, contaminação-crise-contaminação.

Dessa forma os problemas que afetam um registro ecológico se espalham aos outros, talvez nem sempre de forma evidente, mas esses efeitos colaterais poucos perceptíveis necessitam uma investigação mais ao fundo para que se possa percebê-las. Porém, é também a partir dessa relação dos três registros que se pode esboçar uma saída, uma reviravolta à essas crises ecológicas.

Guattari, a respeito do princípio comum entre as três ecologias, diz que consiste em:

[...] que os Territórios existenciais com os quais elas nos põem em confronto não se dão com um em-si, fechado sobre si mesmo, mas como um para-si precário, finito, finitizado, singular, singularizado, capaz de bifurcar em reiteraões estratificadas e mortíferas ou em abertura processual a partir de práxis que permitam torna-lo “habitável” por um projeto humano. (GUATTARI, 2014, p. 37)

Para apontar a relação entre o consumo alimentar e os três registros ecológicos acompanharemos o desenvolvimento da agricultura do café a partir da análise da obra de Martins (MARTINS, 2009), assim como da história de vida do próprio autor, pertencente a uma família de pequenos produtores, tanto de café como de outras culturas.

A ecologia do meio ambiente, dentre as três, é a mais comentada e compreendida pelo senso comum. Se trata da terra, do ar, das águas, a flora e fauna etc. E o espaço que habitamos, que nos fornece alimento e água. Tudo que existe, habitado ou não, em torno da Terra é o meio ambiente. E dele que retiramos tudo que utilizamos em nossas vidas e também onde descartamos. E é o lugar onde “tudo é possível, tanto as piores catástrofes quanto as evoluções flexíveis.” (GUATTARI, 2014, p. 52) O meio ambiente é indispensável para a produção de alimentos, e para que seja possível a produção é necessária que ele esteja fértil, com um solo nutritivo

e um bom regime de água, seja de chuva ou utilizando águas dos rios, minas etc., sem o qual não se consegue produzir. Os agroquímicos surgem, então, para suprir o déficit que possa impedir que o alimento se desenvolva.

Antes da invenção desse agroquímicos a lavoura cafeeira migrava para outra terra assim que se esgotava a fertilidade e nada mais fosse possível produzir. Seguiam adentrando as terras virgens brasileiras, derrubando matas e levantando lavouras cafeeiras, deixando para trás terras improdutivas e causando severos danos ao meio ambiente. Após esse período, por diversos motivos, surgiu a necessidade de se instalarem as lavouras em um só pedaço de terra. Foi, assim, surgindo novas técnicas de produção que permitia que se produzisse em maior quantidade em uma mesma área. As técnicas foram evoluindo até a criação dos agroquímicos e incremento de novas tecnologias que permitem elevar a produção ao máximo possível (MARTINS, 2009). Essas novas técnicas, porém, são responsáveis por intensificarem ainda mais os diversos desequilíbrios no meio ambiente como já destacamos anteriormente.

Foi no momento do pós-Guerra que se inventaram os fertilizantes e o primeiro agrotóxico, o DDT (CARSON, 2010). Conhecida como a Revolução Verde teve o intuito de elevar a produção de alimentos. Era necessário alimentar o mundo que estava devastado naquele momento. Mas também alimentar a produção de alimentos e assim favorecer ao capitalismo.

A produção de maior quantidade de alimentos serviu de amparo para o implemento das novas técnicas, já que assim poderia resolver o problema da fome no mundo. Entretanto, o DDT (diclorodifeniltricloroetano), o primeiro pesticida moderno, gerava diversos riscos às pessoas e ao meio-ambiente, o que levou a um movimento que fez com que as autoridades o proibissem. Atualmente a utilização dele é permitida somente em casos muito específicos. Essa história é relatada no livro “A primavera silenciosa” por Rachel Carson (1962), que foi expoente do movimento para a proibição do DDT.

Mas o que existe de contemporâneo na Revolução Verde? Não podemos deixar de destacar que ela proporcionou que se produzisse maiores quantidades de alimento a fim de combater a fome no mundo. Mas a que custo? O problema da fome nunca fora sanado, mesmo como a produção alimentar superando a demanda global em calorias. A exemplo do Brasil, a saída do mapa da fome foi feita através de políticas socioeconômicas do governo Lula que em 2003 criou o Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Após os governos Lula e Dilma, que também realizou diversos investimentos no combate à fome e na promoção da alimentação adequada e saudável, o país volta a correr o risco de entrar outra vez no mapa da fome. Ou seja, produzir mais alimentos não resultou na erradicação da fome, e em alguns casos agravou os níveis de pobreza e desigualdade social, conseqüentemente, da fome em diversos países de terceiro mundo.

Esse movimento inverso acontece pela incapacidade de concorrência entre a produção local, de populações sem acesso às novas tecnologias, e os gigantes do agronegócio, que, ao aumentar a produção derrubam o preço dos alimentos, muitos deles provenientes de agricultura de subsistência em diversos países. É o resultado da união entre o mercado, o alimento e a globalização neoliberal a partir da Organização Mundial do Comércio (OMC). A liberalização do comércio na agricultura para os países em desenvolvimento, como aponta Madeley (2003):

[...] trouxe um enorme surto de importação (mas não um aumento das exportações) expulsando milhões de trabalhadores rurais e concentrando a propriedade da terra. É pouco provável que isso possa contribuir para uma economia forte e sustentável ou para a segurança alimentar. (p. 70)

O aumento das importações de alimentos em países subdesenvolvidos tem expulsado agricultores de suas terras, enquanto as transnacionais ficaram mais poderosas. Elas, mais do que o povo, é que vão colher os benefícios do crescimento. A concentração da propriedade da terra leva essas empresas a controlarem cada vez mais maiores extensões. Por exemplo, a meta da Cargill, grande empresa do setor agrícola e da alimentação é dobrar de tamanho a cada 5 a 7 anos. Os conglomerados internacionais vão prosperar com o crescimento, enquanto os pobres continuam com fome. (p. 77)

A ecologia social se refere as relações humanas, as práticas sociais, de trabalho, da família, de vizinhos. Se trata da construção do sujeito em sociedade, na relação com o outro. Quando apontamos o consumo do café, por exemplo, existe ao menos dois grupos: os produtores e os consumidores. A primeira forma de afetar a ecologia social surge a partir do que está entre o produtor da matéria prima e o consumidor do produto final. Como exemplo apontamos a relação monetária que se estabelece no mercado: dos cinco reais que é um preço médio cobrados por um café espresso, levando em conta a cotação do café commoditie, apenas R\$0,20 é o preço recebido pelo produtor, cerca de 4% do preço total. Isso que no exemplo usado elevei o preço da saca de café à mil reais, um valor bastante acima do que é realmente pago.

Essa discrepância de valores produz riquezas para longe do campo. Os produtores sofrem com o preço pago as suas safras, com o custo de produção próximo ao que se recebe. Precisam de outras atividades agrícolas para se manterem. Quando não conseguem, vendem suas terras, contribuindo para a concentração das mesmas nas mãos de poucos, e um êxodo acontece para a cidade. As práticas sociais e culturais se transformam, gerando um efeito cascata, pois ao deixarem suas terras para ir viver na cidade, como veremos mais à frente no tópico sobre territórios, ampliam as periferias e ocasionam outros problemas sociais.

Massey (2008) afirma que a “indústria manufatureira, que de outra forma poderia ter sobrevivido, tornou-se antieconômica pelo preço que tem de pagar pelo solo/pelo local” (p. 222). A autora faz essa afirmação recorrendo ao exemplo que acontece em Londres na Inglaterra quando grandes fábricas começam a se estabelecerem na cidade inflacionando o mercado imobiliário. O mesmo podemos apontar em relação ao pequeno produtor que passa a disputar espaço, não apenas físico, mas de mercado, com grandes latifúndios, inviabilizando suas permanências na terra, quando não, intensificando o esforço que empregam na produção.

Essa questão remete a uma conversa que tive com uma tia dias atrás. Comparando o passado com o presente e a cidade com a roça, falava de que a roça já não era mais sinônimo de paz e tranquilidade como era no passado, que isso, hoje em dia, é coisa da cidade, onde o trabalho tem hora pra começar e acabar. Essa fala veio em uma conversa enquanto ela preparava o almoço, em uma pausa que deu no trabalho como terceirizada, que faz de costureira enquanto meu tio, seu marido, trabalhava na lavoura.

Essa mesma tia, nesse mesmo dia, sabendo da minha formação como psicólogo, fez diversas referências a necessidade de um psicólogo, para ela e para seu filho. O mesmo ocorreu com mais outros dois parentes que também sobrevivem como pequenos produtores. Relatam depressão, falam de consultas com médicos e medicamentos que tomam. Claro que esses problemas de saúde não são “privilégios” dos agricultores e que não deixam de atingir também as classes mais favorecidas da sociedade, ou que seja um mal existente apenas nos tempos atuais. Mas o fato de se apresentarem esses problemas na vida rural nos tempos atuais deve, no mínimo, chamar a atenção para a investigação.

A primeira questão que me vem a cabeça é: quem é responsável pelos territórios existenciais das pessoas que habitam o campo, dos pequenos

agricultores? Se a imagem que se projetava as cidades até décadas atrás, de um ambiente apressado e sem tranquilidade, hoje é percebida na vida no campo, podemos afirmar que algo aconteceu, algo se passou. Transformaram-se as relações, porém, não sem consequências.

Se antigamente as pessoas é que produziam seus modos de vida, atualmente necessitam atender demandas. Atendem porque desejam, certamente, mas também o fazem por estarem limitados a essa forma de existir. Todos os seus preços são padronizados e o mercado capitalista e neoliberal, certamente, quer sempre pagar o mínimo possível, é desta forma que ele se mantém vivo. E para que se possa ao menos existir no mundo, os agricultores, e conseqüentemente todo o resto da sociedade, e também o meio ambiente, são submetidos às regras impostas por esse mercado.

Além disso, existem relações entre o uso de agrotóxicos com a depressão, intoxicações e também são usados para tentativa de suicídio (SOARES, 2010) e (BOMBARDI, 2011), outras evidências são a relação entre o agrotóxico com o câncer (PEREIRA, RANGEL, *et al.*, 2017). É o corpo, que junto com a mente, estão adoecendo.

Seria errôneo de nossa parte afirmar que a agressão aos três registros ecológicos teve início apenas na história recente, relacionando exclusivamente com o modelo capitalista e globalizado de existirmos. O que se observa é que essa agressão é feita com maiores intensidades no modelo atual de sociedade, porém como vemos no caso do café, as práticas de cultivo já eram predatórias desde o início da sua produção em terras brasileiras, o que se deu em meados do século XVIII. O que existe é algo humano, que traz ao homem um ilusório poder de subjugar a natureza. Esse é também o mesmo período que cientistas concebem como o início do antropoceno, uma nova era geológica na qual o homem é protagonista das mudanças climáticas (CHAKRABARTY, 2009).

E não somente a natureza é subjugada, ao mesmo tempo que se discute a questão da era do antropoceno esse mesmo período também onde se debate a ideia da liberdade. O homem muitas vezes na história da humanidade se sentiu superior ao próprio homem. Muitas eras de escravidão do homem pelo próprio homem construíram a sociedade como a vemos hoje. Temos resquícios dessas escravidões até os tempos atuais, um racismo institucional se instaurou e dá oportunidades diferentes a cada cor de pele. Se foram os negros escravizados que

derrubaram as matas e levantaram as lavouras, que transportaram sacas de café no lombo, como retratam os quadros de Debret, não foram eles os assalariados assim que escravidão foi abolida do Brasil, já que no mesmo momento desembarcavam imigrantes europeus para serem os novos trabalhadores nas mesmas funções que os negros eram escravizados. (MARTINS, 2009)

1.2 Capitalismo mundial integrado (CMI) e globalização

O CMI afirma-se, em modalidades que variam de acordo com o país ou com a camada social, através de uma dupla opressão. Primeiro a repressão direta no plano econômico e social – o controle da produção de bens e das relações sociais através de meios de coerção material externa e sugestão de conteúdos de significação. A segunda opressão, de igual ou maior intensidade que a primeira, consiste em o CMI instalar-se na própria produção de subjetividade: *uma imensa máquina produtiva de um subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial tornou-se dado de base na força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo* (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 39)

É um erro pensar-se que a globalização só diz respeito aos grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. A globalização não é apenas mais uma coisa que “anda por aí”, remota e afastada do indivíduo. É também um fenômeno “interior”, que influencia aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas. (GIDDENS, 2006, p. 23)

Gostaríamos de iniciar a nossa reflexão nesse tópico com uma pergunta: por que os produtores se relacionam com uma lógica que esmaga seus domínios sobre o que produzem e como produzem? Essa, talvez, pudesse ser a grande pergunta desse trabalho já que sua resposta poderia nos esclarecer sobre a lógica de produção da subjetividade pelo capitalismo na agricultura. Porém, nesse tópico, desejamos entrar apenas em uma exposição sobre o CMI e a globalização. Precisamos observar tanto a globalização como o CMI por serem os ordenadores hegemônicos da sociedade, sendo tudo o que escapa a esses ordenadores o objeto com relevância para o nosso trabalho, que anuncia a outra alimentação possível.

Como afirma Giddens (2006), não devemos observar a globalização apenas pelas suas características econômicas, já que ela interfere em diversas outras instâncias não só do sujeito como da sociedade, da vida corrente a ordem planetária, seja a respeito da sexualidade, da família, do trabalho, do consumo, etc. Podemos incluir tudo que atravessa aos três registros ecológicos. Se de alguma forma a globalização se diferencia do CMI é que, diferente da globalização, o CMI é sobre uma nova forma de capitalismo que tem na produção de subjetividade sua

mais importante ferramenta (GUATTARI e ROLNIK, 1996). Prosseguimos, primeiramente, apresentando um panorama sobre a globalização para, em seguida, observarmos em relação com o CMI.

Sobre a globalização o professor Milton Santos (2001) declara que existem três modos de a observar: como fábula, como uma perversidade e a partir de uma outra globalização. A “globalização como fábula” se mostra como a única forma possível de se organizar a sociedade perante os desenvolvimentos técnico-científico. Discurso esse incorporado pelo agronegócio, que se considera o único modo de produção eficiente de alimento, a única forma de se resolverem os problemas ligados a fome em todo o mundo. Esse discurso fabuloso sobre a fome deu legitimação a já citada Revolução Verde e sua capacidade de ampliar a produção de alimentos.

Já a “globalização perversa” opera na contradição da globalização como fábula, mas se servindo ideologicamente dessa para se manter. A fábula que relaciona a fome com uma ineficiente produção de alimento foi que construiu ideologicamente a revolução verde, ocasionando no desenvolvimento de máquinas agrícolas e principalmente na criação de agroquímicos que possibilitaram a intensiva produção de alimentos, podendo cobrir grandes faixas de terras e controlar os imprevistos ocasionados pelas pragas, porém sem resultar na resolução das questões ligadas a fome. Assim, por mais que a revolução verde tenha possibilitado a ampliação da produção de alimentos, e que a quantidade de alimentos produzida atualmente supere as necessidades calóricas de todo o globo, um terço das pessoas do mundo sofrem de problemas relacionados à fome, sendo que destas, 800 milhões de pessoas estão no limiar da fome crônica.

Já uma terceira forma de globalização, proposta por Santos (2001) seria o que o autor chamou de “uma outra globalização”, que visa outras práticas das relações globais e que ao mesmo tempo corresponda às particularidades locais, esta que só existe no desejo do autor ou em manifestações que ainda não conseguem ser globais.

No entanto não se pode compreender a globalização como algo imposto por uma ordem superior. Devemos, pois, observar que essa se manifesta a partir dos significados que os homens constroem em sociedade, sendo necessário que abarquemos o que a globalização tem de cultural (CANCLINI, 1995).

É com o CMI que buscamos separar o que é a globalização como uma manifestação cultural, comum sociedade que busca integração com as sociedades vizinhas e aquela que é maquinada pelo capitalismo, que se confunde com a produção econômica e dita os aspectos da vida como um todo.

Voltando ao nosso questionamento do início desse tópico, se perguntarmos para um agricultor o porquê ele produz e comercializa de uma forma específica, muito provavelmente ele dirá que o faz por ser o único modo, ou a melhor maneira de ser feito. Essa mesma pergunta podemos fazer para qualquer outro indivíduo que participa da lógica do mercado, seja ele produzindo bens, vendendo sua mão-de-obra e até para os grandes capitalistas donos das gigantes multinacionais, talvez a resposta seja sempre sobre ser esse o modo que se faz, relacionando a resposta à um viés econômico. O dinheiro é capaz de explicar muito das nossas escolhas na sociedade contemporânea. Mas o que está em jogo não é o dinheiro em si, mas a dívida, um suporte fundamental para a sociedade do controle (DELEUZE, 1992), e para que a sociedade de controle se consolide o CMI tem um papel fundamental.

As características que definem o CMI e o difere de um capitalismo anterior está na capacidade de agenciar de uma só vez o bloco subjetivo-econômico-político, de maneira mundializada e integrando todos os aspectos da vida, sem que qualquer atividade humana escape a seu controle. Se um agricultor busca algum banco para financiar sua lavoura, muito provavelmente o banco somente o fará mediante a garantia do agricultor de produzir conforme os modos convencionais, utilizando de agroquímicos e sementes transgênicas quando existe a possibilidade. Cria-se uma dívida com o banco que não é apenas financeira, mas que deve ser paga se adequando ao modo como este determina que se cultive. Mas existem muitas outras formas de dívidas que, não só os produtores estão sujeitos, mas todos nós. Habitar o mundo é construir uma dívida, que deve ser quitada constantemente, assim todos estão expostos a sociedade do controle. O que faz, então, da globalização uma fábula e uma perversidade é a maneira como ela apresenta elementos do CMI. Estão abertas as possibilidades para que ela se manifeste de um outro modo.

1.3 Território e subjetividade

Concebemos a ideia de território a partir de duas perspectivas, que embora sejam produzidas por linhas teóricas aparentemente distintas, se complementam na

construção do nosso raciocínio. Temos, por um lado, a abordagem de Deleuze e Guattari, aquele filósofo e esse psicanalista, e por outro o geógrafo Milton Santos. Deleuze e Guattari se lançam a uma geofilosofia onde veem a construção do pensar na relação entre o território e a terra (DELEUZE e GUATTARI, 2010). Para eles o território é onde desembocam os comportamentos e investimentos nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos, constituído na relação que surge entre o espaço (a terra) e quem o habita, seja ele ser humano ou não (GUATTARI e ROLNIK, 1996). Em Milton Santos (2007) o território é visto a partir de uma perspectiva semelhante, entendido como *território usado*, ou seja, o chão (solo, terra) mais a identidade que se agrega em função do seu uso, sendo o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

O território também tem uma relação intrínseca com a subjetividade (GUATTARI, 1985), assim sendo, ao se produzir subjetividades também são produzidos novos territórios, o que nos leva a afirmar que os territórios são, também, subjetivos, indo além da relação específica com a terra, assumindo as formas conjugais, afetivas, de relações de trabalho etc. As relações sociais, culturais, espaciais, são, portanto, passíveis de desterritorialização e reterritorialização a partir de um plano de imanência, de modo que não podemos afirmar a existência de um território pré-concebido ou imutável. Dessa forma, ao se produzirem novas subjetividades, tanto individuais como coletivas, conseqüentemente se produzem novos territórios, interferindo diretamente no espaço, sendo esse espaço uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. O que é evidente ao observarmos as transformações estruturais, culturais e sociais, por exemplo, das cidades ao decorrer de toda era.

O que muda atualmente é o surgimento da cidade capitalista, que diferentemente das cidades arcaicas e antigas e outras formas de urbanização anteriores, os equipamentos coletivos deixam de ser subconjuntos da circunscrição urbana e a cidade passa a ser resultado da intersecção desses equipamentos. São vetores econômicos, vetores subjetivos etc. que fazem necessárias a criação de novas tecnologias e novos modos de habitar a cidade, o espaço (GUATTARI, 1985). O capitalismo funciona como uma máquina de produção de subjetividades, em escala industrial e internacional (GUATTARI e ROLNIK, 1996), moldando, dessa forma, as relações nos territórios.

Como afirmamos no artigo de análise fílmica *Ixcanul*, que consta no corpo desse trabalho: esses processos se exemplificam no surgimento das cidades do agronegócio. As cidades do agronegócio (ELIAS, 2006) traduzem uma fragmentação do espaço agrícola junto da incrementação de um espaço urbano agrícola. Esse conceito acompanha o modo como as cidades (e o campo) se reestruturam a partir dos avanços tecnológicos incrementados na nova forma de se fazer a agricultura, ocasionados pelo avanço do capitalismo no campo (SANTOS, 1993). São cidades com forte presença da agricultura, mas que diferente dos modos antigos, os trabalhadores agrícolas já não se localizam mais no campo, mas nas regiões urbanas, ao mesmo tempo que empresas ligadas a produção agrícola constroem seus estabelecimentos nas cidades, aquecendo o mercado imobiliário e introduzindo suas novas tecnologias na produção agrícola modificando os modos do saber fazer tradicionais e os alimentos que são produzidos majoritariamente. Modificam as regiões agrícolas e regiões urbanas transformando a geografia local refletindo tanto no consumo das famílias como no consumo produtivo (SANTOS, 1993).

Essas cidades surgem respeitando os interesses econômicos da produção agrícola, resultados das configurações capitalistas e globalizadas do agronegócio. Essas cidades são construídas a partir dos interesses econômicos do mercado agrícola e nela passam a se instalar empresas e grandes latifúndios, transformando não só a estrutura da cidade como também a relação com o campo. Surgem problemas sociais como o desemprego consequente do maior investimento em tecnologias, o aparecimento de áreas periféricas devido ao aumento dos preços dos imóveis no centro e um êxodo rural, substituindo as comunidades rurais por extensas faixas de plantações.

A respeito da subjetividade nos interessa o ponto em que ela é produzida, fabricada. Invés, então, de se analisar a subjetividade em si, passamos a olhar, juntos de Deleuze e Guattari, a produção de subjetividade, que segundo os autores são as máquinas, organização de fluxos e forças plurais e heterogêneas, que produzem subjetividades sendo que “no sistema capitalístico, a produção é industrial e se dá em escala internacional” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 25), essa produção de subjetividade “constitui a matéria-prima de toda e qualquer produção” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 28) sendo que a subjetividade individual “resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia etc.” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 34)

São territórios existenciais pré-fabricados, produzidos e impostos a todos. Subjetividades prontas para o uso, que vem juntas de argumentos sobre ser a única maneira de existir no mundo. Quando Deleuze afirma a existência da sociedade do controle aponta como uma nova constituição após a sociedade disciplinar, que hoje não visa mais confinar e disciplinar, mas controlar as existências das pessoas a partir de novos meios. O capitalismo já não precisa mais dessas disciplinas, afinal, as fábricas não existem mais, ao menos não nas sociedades desenvolvidas, ou como modo de se produzir capital. Diferentemente da disciplina, o controle não tem mais lugar fixo, ele perpassa todos os aspectos mais cotidianos da vida. O sujeito, e junto dele a sociedade e o ambiente, estão sobre o regime da sujeição social e da servidão maquínica, cujo entrecruzamento é onde opera o capitalismo.

1.4 Ecosofia e consumo

A ecosofia visa um novo modo de habitar o mundo, as subjetividades, criar novos Territórios existenciais. É um conceito reformulado por Guattari utilizado também como uma ferramenta para compor com os três registros ecológicos a fim de organizar e até mesmo resolver as problemáticas e as crises que os atingem. Essa ecosofia é ético-política e estética e que, nas palavras do autor se trata de um:

movimento de múltiplas faces dando lugar a instâncias e dispositivos ao mesmo tempo analíticos e produtores de subjetividade. Subjetividade tanto individual quanto coletiva, transbordando por todos os lados as circunscrições individuais, “egoizadas”, enclausuradas em identificações e abrindo-se em todas as direções: do lado do *socius*, mas também dos Phylum maquínicos, dos Universos de referência técnico-científicos, dos mundos estéticos, e ainda do lado de novas apreensões “pré-pessoais” do tempo, do corpo, do sexo... (GUATTARI, 2014, p. 54)

É a partir dessa concepção da ecosofia que nos propomos a observar o consumo. Porém, o que a ecosofia faz é criar uma opção as práticas que levam os três registros as crises comuns de nossa época, assim nos interessamos em olhar o consumo a partir da perspectiva não ecosófica e posteriormente dos caminhos que ele segue de acordo com as práticas que a ecosofia visa esclarecer. Temos dois modos de consumo, seguindo essa lógica: 1 – como tendo relação com as crises que acometem os três registros ecológicos e; 2 – no ponto em que ele pode ser reinventado, contribuindo para a resolução dessas mesmas crises.

O consumo segue a lógica da subjetividade no ponto que pode ser produzida, até mesmo, podemos nos ocupar da subjetividade como um consumo, principalmente a subjetividade capitalística, da mesma forma que se produz subjetividade, se produz o desejo pelo consumo. Não é, segundo a formulação de Desjeux, o consumo constituído dos elementos produtivos, de distribuição e aquisição, o consumo em si e o descarte? Acrescentamos aí a subjetividade, que segue a mesma perspectiva do consumo de qualquer objeto em si, sendo ela, uma instância ainda maior que ao ser produzida determina os modos de consumo em si. O modelo capitalístico produz subjetividade, sendo, talvez, a mais importante produção que ele opera (GUATTARI e ROLNIK, 1996). Antes de produzir o produto a ser consumido, produz a subjetividade para o consumo.

Podemos ver claramente esses processos acompanhando as chamadas ondas do café. Se falamos de três ondas até o momento, projetando que já podemos viver o surgimento de uma quarta onda. Cada uma dessas ondas é caracterizada tanto pela forma como o café é produzido como pelo modo em que é consumido. Não nos alongaremos na discussão dessas ondas, o que nos interessa nelas é o entendimento de como se transformou a relação com o café.

O que mudou entre uma onda e a seguinte? E o que está mudando que já faz que se projete o início de uma próxima onda? Foi o modo de consumir, tanto em seu sentido amplo, mas especialmente no que se refere ao consumo em si, esse último, porém tem uma relação intrínseca com o de sentido amplo, já que para que pudesse se consumir de uma nova forma teve que se modificar as formas de produzir. Uma nova subjetividade é produzida para o café. Interessa-nos saber sobre os acontecimentos que marcam uma espécie de cisão entre um momento e o outro, muito embora as denominadas ondas do café pareçam coexistir, sendo mais bem observada a partir de uma perspectiva que se liga mais ao modo de fazer do que a uma linearidade temporal. Essas três ondas são definidas, de modo bastante sucinto, da seguinte forma: 1ª – marcada pelo consumo crescente do consumo do café; 2ª – surge a denominação de café especial, estabelecimentos e trabalhadores específicos para a bebida e; 3ª – o consumo passa a se preocupar com a origem e com a difusão de diferentes métodos de preparo.

Mas em termos de consumo e de ecosofia o que significam essas ondas? Podemos sim criar uma relação ao olhar de forma histórica. Se na primeira onda o consumo crescia a produção, conseqüentemente, também, carregado dos modos

comuns de se produzir, que consistiam em abrir florestas e produzir até exaurir a terra, e, assim migrar para outra terra, utilizando muito da mão-de-obra escrava. O consumo do café também era ligado mais às suas propriedades, sendo consumido mais por seus efeitos estimulantes que pelo seu paladar. A segunda onda marca o momento que o café deixa de ser consumido apenas em casa, e surgem estabelecimentos para o seu consumo específico, ao mesmo tempo em que surgiam profissionais para o preparo da bebida. Os estabelecimentos chamados também de Cafés passam a ser espaços de sociabilidades, e o café, bebida, começa a apresentar melhores qualidades e sabores que os da primeira onda. A terceira onda intensifica a segunda incrementando a alta performance da qualidade das bebidas e a rastreabilidade da produção, assim como favorece as produções mais sustentáveis. Qualidade e sustentabilidade juntas marcam a terceira onda do café.

A relação se transformou de tal modo que os métodos de produção da primeira onda não são mais aceitos no que se refere à terceira onda. Não que tenham deixado de existir, já que se observarmos que o mercado do café especial (referente à terceira onda), corresponde a uma parcela mínima de toda produção cafeeira, é ainda o café commodities (análogo à primeira onda) que ocupa a maioria do mercado.

Quando falamos de café commodities apontamos uma forma de consumo que não leva em conta as consequências do método empregado pela produção. Atingem diretamente os três registros ecológicos, com potencialidade de prejudicar o meio ambiente através dos usos dos agroquímicos e outras tecnologias agrícolas, reconfiguram o espaço rural, põe em competitividade pequenos produtores com os gigantes do agronegócio, sendo remunerados da mesma forma, mas com custos de produção diferentes, interferindo diretamente no sujeito enquanto sua função social e subjetiva.

Já o “café especial” surge com uma nova proposta em relação à produção. “Especial” se refere a uma classificação da qualidade do café. Junto a essa classificação surge uma singularização ainda maior dos grãos levando em conta o seu *terroir* e as características da área produzida. Classificar o café como especial não foi uma prática contra o mercado, ao contrário, se criou um mercado para esse tipo de café. O que surge de revolucionário é que ao se singularizarem os cafés eles passam a ter valores próprios, o que pode beneficiar muito os pequenos produtores, conseguindo tirar uma renda maior da mesma área que produzia

anteriormente. Isso é realmente relevante para muitos produtores que vivem na linha da miséria por todo o globo. Em um documentário intitulado *After The Harvest: Fighting Hunger in the Coffeelands* (2011), apresentam as situações que pequenos produtores da América Central passam. O que acontece depois da colheita do café? O filme é uma resposta a essa pergunta. Depois da colheita os produtores têm que sobreviver com o dinheiro conseguido pela venda do café, o que é pouco conseguido com a venda do café commodity. Porém, o filme não é apenas sobre a desigualdade social, mas apresenta um projeto que apoia os pequenos produtores na transição para a produção de café especial e com a venda do mesmo, conseguindo que se amplie suas rendas.

Não pretendemos exaltar a ideia de café especial, nem os diversos outros selos de qualidade existentes que, inclusive, já foram codificados pelo capitalismo, queremos apenas apontar a relação que o consumo tem com os três registros ecológicos e com a ecosofia. Ao transformar a forma como se consome café existe um reflexo nos três registros ecológicos diretamente. A produção se torna mais sustentável, agredindo menos o meio ambiente, os produtores conseguem uma rentabilidade maior possibilitando a permanência em suas terras, contornando os problemas anteriormente descritos. Além de todo o impacto que isso leva a economia local, aos países produtores etc. O que apontamos aqui é que uma redefinição ecosófica do consumo pode transformar a relação entre as três ecologias.

Os dois próximos capítulos são artigos construídos com o intuito de compreender o modo como diferentes instâncias ligadas ao CMI opera na subjetividade e nos corpos das pessoas ligadas a agricultura. A compreensão desse processos pode nos indicar pistas de como agir para frear esse desenvolvimento das crises ecológicas.

2 ARTIGO: AS PRAGAS IRÃO TODAS PARA SUA LAVOURA: ILHADOS EM UM MAR DE AGROTÓXICOS

GRASSI, Pedro Henrique (UERJ)
SEIXAS, Cristiane Marques (UERJ)
FERREIRA, Francisco Romão (UERJ)

RESUMO: Utilizar agroquímicos nos tempos modernos é um ato já banalizado por trabalhadores rurais, assim como também o é com os Organismos Geneticamente Modificados (OGM). A não utilização desses passou a ser tratada com desprezo e também como um ato de ignorância sobre seus “benefícios”. Essas técnicas de agricultura convencional se tornaram lei para pequenos agricultores, em sua maioria de agricultura familiar, que temem os danos a sua lavoura. “As pragas irão todas para sua lavoura” foi uma frase ouvida diversas vezes a partir de diferentes interlocutores por mim e por minha família de pequenos agricultores ao decidirmos por um cultivo sem agroquímicos ou OGMs. Esse é um discurso que fomenta o modo de produção capitalista e é altamente reproduzido e introjetado no produtor rural. Estar ilhado em um mar de agrotóxicos não visa se referir apenas ao ambiente geográfico das lavouras, mas, também, de uma subjetividade que passa ser cada vez mais cerceada por outras muitas que difundem a produção agrícola convencional. Apresentam-se então elementos que estruturam o pensamento hegemônico que representa os interesses do mercado e do agronegócio e a forma como ele se liga à produção agrícola e a subjetividade do produtor e como interfere nos impactos econômicos e ambientais, situações que dificultam a inserção da lavoura sustentável.

2.1 Introdução

Circula na sabedoria popular do meio rural que o Brasil está sendo assolado pelas pragas do Egito. Algumas intempéries naturais e dificuldades no plantio em decorrência de questões climáticas, manejo do solo e o uso de produtos químicos que prejudicam a lavoura remetem à memória bíblica. Conta a tradição religiosa cristã que o Deus de Israel exigia que o Faraó do Egito libertasse o povo hebreu, caso contrário o Egito seria assolado por dez pragas. Ninguém sabe de fato se as dez pragas se concretizaram, nem quais seriam os incidentes naturais que as desencadearam, mas hoje no Brasil podemos assistir essa mesma ameaça sendo proferida entre os pequenos agricultores.

O autor é, junto com sua família, pequeno produtor e estávamos iniciando o plantio de uma lavoura de milho quando a frase que dá título a esse capítulo foi pronunciada por um outro produtor rural, de um sítio vizinho, ao tomar conhecimento de que não iríamos utilizar nem sementes transgênicas e nem agrotóxico em nossa

lavoura. “As pragas irão todas para sua lavoura” foi uma frase amiga, destinada ao cuidado, mas que já anunciava que se não fosse respeitada a lavoura não vingaria e viria a praga do prejuízo. Se antes a maldição vinha da religião, hoje a maldição é proveniente da racionalidade pragmática do capitalismo e dos interesses do mercado.

Praticamente todas as lavouras, e dizemos praticamente, por não podermos afirmar com certeza que são todas, ao redor do local que fica nosso sítio utilizam dessas tecnologias agroquímicas e Organismos Geneticamente (OGMs). Assim, segundo o conselho a nós direcionado, se deixássemos de fazer nossa lavoura¹ dessa mesma forma, com certeza os insetos e outras pragas iriam atacá-la e destruí-la. O uso desses produtos é tão disseminado que alguns agricultores afirmam que existe uma certa dificuldade em conseguir financiamento para o plantio caso não utilize tais produtos, configurando assim um modo coercitivo de atuação dos interesses do mercado. O discurso que aparece na frase acima na forma de um conselho pode ser entendido também como o discurso hegemônico do mercado que utiliza de todos os meios para impor a sua lógica.

Compartilhamos de Foucault (1994, p. 595) a ideia de que se pode utilizar a arqueologia para analisar o discurso, quando esse assume a modalidade de arquivo. Essa arqueologia não está relacionada com a geologia e nem com a genealogia. O que ela compreende é o modo de se investigar por etapas, dando ao discurso uma forma, um tempo, uma ética, etc. O discurso, nesse contexto, se compreende a partir de uma episteme, da utilização conjunta de diversos saberes, de forma horizontal.

Desta forma podemos estabelecer no discurso sobre a “certeza” de as pragas atacarem a lavoura, uma ligação com a utilização de agroquímicos comum nos tempos modernos por trabalhadores rurais, assim como também é com os OGMs. A não utilização destes passou a ser tratada com desprezo e também como um ato de ignorância sobre seus “benefícios”. Essas técnicas de agricultura convencional se tornam lei divina para pequenos agricultores, em sua maioria de agricultura familiar, que temem os danos à sua lavoura, que está intimamente ligado ao prejuízo financeiro, ao não retorno do investimento. Como se reeditássemos a história relatada na Bíblia, agora o grande deus que se sente desrespeitado passa a ser o capital encarnado no agronegócio, assumindo a característica onipresente e punindo

¹ Nossa lavoura fica no município de Ouro Fino, MG, onde há duas décadas trabalhamos de forma exclusiva sem a utilização de agroquímicos.

os agricultores transgressores que se aventuram a produzir sem utilizar de suas técnicas sagradas.

O presente trabalho objetiva compreender como o discurso sobre o uso dessas técnicas agrícolas pelos pequenos agricultores se relacionam a produção de subjetividade capitalista que tem práticas que não visam a recomposição do solo de forma natural, sendo feita sempre a partir de agroquímicos, não praticam a rotação de cultura, utilizam de sementes transgênicas fabricadas em laboratório, diminuindo a variedade de plantas existentes. Esses modelos, somados a utilização de pesticidas que poluem o solo, os rios, as águas subterrâneas e o ar, resultando em uma exploração e contaminação excessivas dos recursos naturais. Essas práticas são opostas ao desenvolvimento sustentável da agricultura que busca a perpetuação dos recursos naturais disponíveis. Nossa hipótese é de que agentes externos, como os interesses do mercado global de commodities e das empresas transnacionais que produzem sementes e insumos agrícolas, modulam os territórios, aqui entendidos tanto no que diz respeito às subjetividades que se relacionam com a produção agrícola como também no que diz respeito ao terreno onde a produção se dá. Assim o que se planta, como se planta, o que se utiliza para plantar são escolhas definidas por agentes externos em que o sujeito pode ou não acatar, mas ele estará sob ameaça das consequências de cada alternativa que inserir em sua lavoura.

Fizemos um recorte de três diálogos ouvidos tanto pelo autor quanto por sua família que utilizamos para explorar o modo como a subjetividade capitalista da produção convencional ressoa nos discursos dos agentes envolvidos na produção agrícola. Selecionamos os diálogos ocorridos com três sujeitos diferentes que tem participação em diferentes áreas relacionadas a agricultura, sendo eles um agrônomo, um pequeno produtor e um trabalhador rural. As frases ouvidas tem em comum a tentativa de desmitificar a agricultura sustentável onde cada um apontava um conhecimento referente a sua área de atuação, tentando nos convencer da indiferença na qualidade da produção, do perigo iminente à lavoura ou da dificuldade acrescida ao trabalho.

Utilizamos como metodologia uma análise que consiste em observar nos discursos a ressonância de uma ideologia capitalista, relacionada ao mercado que visa a produção de lucro e que tende a negar a possibilidade de que a agricultura sustentável possa ter um retorno econômico satisfatório. Assim fizemos um

contraponto entre os discursos ouvidos e a história de vida do autor que apresenta elementos de que a agricultura sustentável é possível de acontecer de forma eficiente e satisfatória, mesmo que exija uma nova reorganização das relações com a agricultura e com outros parceiros, o que, no nosso caso, foi construído através da reorganização das práticas e do encontro com outros sujeitos que compartilhavam os mesmos princípios de que a produção agrícola, o retorno econômico e a sustentabilidade podem figurar no mesmo plano de ação.

É a essa produção de subjetividade que habita os territórios que se refere o subtítulo deste capítulo: este é o sentimento que estar rodeado por produções convencionais (nome da produção que utiliza agroquímicos, fertilizantes, OGMs, etc.) nos causa e nos coloca em um estado de solidão, isolados tanto física como subjetivamente dos preceitos hegemônicos. Este “estar ilhado em um mar de agrotóxico” do nosso título não visa se referir apenas ao território geográfico das lavouras, mas, também, do território da subjetividade que passa ser cada vez mais cerceada por outras produções subjetivas que difundem a produção agrícola convencional. Esse trabalho é sobre como e por que se tornou convencional e naturalizada uma forma de produção agrícola que tanto difere dos processos intrínsecos da natureza.

2.2 Histórias e vidas

Para acompanhar nossa reflexão lançamos mão de dois métodos descritos por Howard Becker: as Histórias de Vida e o Mosaico Científico. O primeiro se trata de um recurso metodológico que nos permite a partir do relato do sujeito, de sua experiência e sua interpretação do mundo no qual vive. Para Becker (1994);

A história de vida atribui grande importância às interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento. Para entender porque alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si; é possível entender os efeitos das estruturas de oportunidade, [...] das normas sociais, assim como outras explicações comumente evocadas para explicar o comportamento apenas encarando-as a partir do ponto de vista dos atores. (p. 103)

Cada um dos fragmentos de histórias de vida reunidas aqui são peças para a formação de um mosaico (BECKER, 1994, p. 104). Elas se relacionam umas com as outras, possibilitando que possamos compreender o quadro geral. Para a

compreensão dos fenômenos nenhuma história é mais importante que a outra. O mosaico dá forma ao acontecimento, ao discurso.

A epistemologia das Ciências Sociais nos dá o suporte para a compreensão dos discursos em jogo na medida em que elas exercitam uma prática compreensiva das realidades sociais e também uma prática epistemológica sobre a cientificidade de suas próprias descobertas. A partir dela podemos perceber os códigos e estruturas comuns entre as pessoas, culturas, instituições, campos e relações, identificando as interpretações dos diferentes atores sociais, de acordo com as suas posições e interesses, fazendo com que detalhes que passam despercebidos na vida cotidiana e que são naturalizados na vida social, sejam identificados e problematizados. A partir dessa epistemologia é possível identificar numa simples frase de um agricultor as diferentes visões de mundo e a especificidade dos sistemas culturais e suas subculturas, que por sua vez representam visões dominantes e hegemônicas que mantêm os mecanismos de dominação e alienação.

Quais são as peças que compõem a produção agrícola? Com certeza são infinitas, mas para que esta reflexão seja viável, separamos alguns elementos fundamentais para que possamos responder ao nosso problema. É a partir da região rural da cidade de Ouro Fino, interior do estado de Minas Gerais, da história de vida referente a um dos autores e o encontro dele com o discurso proferido por três sujeitos relacionados a produção agrícola. Não entendemos que seja relevante para esse trabalho a construção das histórias de vida dos sujeitos que proferiram as frases, limitaremos apenas aos discursos proferidos e seus lugares que ocupam na produção agrícola.

O primeiro discurso aconteceu no encontro com um agricultor familiar, o segundo foi com um trabalhador rural e o terceiro com um agrônomo. Por não compartilharem com os modos de produção não convencional, a partir da história de um dos autores que podemos contextualizar como os discursos dos três sujeitos chegaram até nós. Observamos também que os fragmentos de diálogos aconteceram separadamente com cada um desses três agentes. Esses fragmentos e uma observação geral sobre as funções dos sujeitos nos ajudarão a compor o mosaico. Cabe a nós montar o mosaico a partir desses encontros, destacando elementos que estruturam o pensamento capitalista e indicam a forma como ele se liga à produção agrícola e de subjetividade do produtor. E para isso, evocamos uma

abordagem transdisciplinar do conceito de território a partir da perspectiva filosófica Deleuze-guattariana e da perspectiva do geógrafo Milton Santos.

2.2.1 Agricultura em Ouro Fino

Assim, é desde a infância que esses universos agrícolas distintos existem para mim²: de um lado a produção convencional e de outra a orgânica, por mais que eu ainda não os diferenciasses ou pudesse entender devido a minha baixa idade e distanciamento do assunto. Nunca fomos uma família rural, meus pais trabalhavam na cidade, a produção agrícola era mais a respeito de uma paixão do meu pai, que nasceu em uma família de agricultores, do que sobre gerar renda. Meu pai, hoje já falecido, entendeu que a utilização de agrotóxicos em sua lavoura era como usar “bala de canhão para matar pardal”, frase ouvida por ele ao se vangloriar de sua bela safra de café com utilização de um produto químico específico. Após ouvir essa frase resolveu transformar sua produção convencional em orgânica, conheceu outros pequenos agricultores que pensavam da mesma forma e juntos no ano de 1999, na cidade de Ouro Fino (MG), criaram a Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF). Em 1999 eu tinha meus oito anos de idade e a ideia de alimento orgânico invadiu minha vida, de modo que eu nem sabia que existia a distinção para o convencional. E assim cresci, tendo sempre acesso a alimentos orgânicos o máximo que fosse possível, comprando direto dos agricultores que comercializavam em suas bancas no “Mercadão”, o Mercado Municipal de Ouro Fino.

A AAOF existe até os dias de hoje e tem crescido bastante. Recentemente conseguiram adquirir maquinário para beneficiarem os alimentos para comercialização. Lembro que um grande progresso da associação fora à aquisição de uma Kombi que possibilitou que levassem produtos para comercializar na cidade de Campinas/SP, que fica a uns 100 km de Ouro Fino. Esse movimento se deu pois o mercado é mais rentável lá, e, pouco a pouco, foram sumindo as bancas com alimentos orgânicos do Mercadão de Ouro Fino. Mas todo esse processo que relato aqui não aconteceu de imediato. Cada uma dessas conquistas envolvia muito trabalho. Mas com muito suor e calos nas mãos, hoje conseguem uma rentabilidade agradável para seus esforços na lavoura.

² História de vida de um dos autores.

Recentemente, após o falecimento de meu pai, em uma conversa com o camarada que trabalhava para ele, uma de suas perguntas foi se a partir daquele momento passaríamos a utilizar agrotóxicos na lavoura. Esse diálogo aconteceu por dois motivos. Primeiro porque era meu pai a referência que organizava a produção das lavouras, sendo ele quem punha a mão na massa o resto da família aparecia como desconhecedores daquele assunto devido ao distanciamento que tínhamos da produção agrícola por estarmos envolvidos em meios acadêmicos, entre outros. Segundo, junto com o falecimento de meu pai também morria tudo o que ele acreditava e construía, como se fosse um movimento dele, somente dele, e que agora poderia ser reordenado da maneira mais conveniente ou convencional de se produzir. Também aparenta que agora era ele, o trabalhador, que detinha o conhecimento sobre como se trabalha com agricultura e não a família, então passaria a dar as ordens. Acontece que realmente tínhamos um grande distanciamento da produção agrícola, mas não desconhecimento sobre ela e sobre os motivos de se produzir de forma orgânica e não de forma convencional.

No momento da escrita desse capítulo faz três anos que meu pai faleceu. E desde o ocorrido que temos dificuldade para voltar às produções no sítio devido a esse distanciamento que existe da nossa família da prática agrícola. Por ser meu pai quem botava a mão na massa houve a possibilidade de que nós seguissemos outros caminhos, buscando uma graduação, arrumando outros empregos. Meu pai era quem tinha motivação para lidar com o sítio, no prejuízo e na fatura, domingo após domingo e de estressar (e ele se estressava muito) com os problemas que surgiam de lá. Dessa forma sempre fomos um tanto distantes, principalmente das questões administrativas, do sítio. Era tudo meu pai quem resolvia. Assim, após o seu falecimento, quando resolvemos voltar às produções, todos trataram a nós como pouco conhecedores, sendo motivados a nos dar as dicas necessárias para que se possa produzir.

Essas histórias que vi acontecer e que relato, do meu pai, da AAOF e a de minha família foram acrescentadas com o objetivo de dar ao leitor um panorama dos movimentos que aconteceram em nossa jornada agrícola, e como ela se organiza frente aos diálogos disparadores dos fragmentos que utilizaremos para a investigação. Destacamos algumas informações que serviram de contraste com os fragmentos que virão logo em seguida.

Primeiro é que meu pai, minha família, não é dependente da renda rural, e na maioria das vezes, inclusive, o dinheiro investido nessas produções era retirado do trabalho que meu pai tinha como eletricitista de carros, tendo pouco ou nenhum retorno, já que não comercializávamos frequentemente os produtos. Segundo é que, no caso da AAOF, todos os participantes tiveram que se reorganizar e buscar novas alternativas para que fosse possível o retorno necessário para a renda familiar, já que a grande maioria dos associados à AAOF são produtores rurais que obtém toda a renda da agricultura e pecuária. Houve um grande esforço por parte de todos para conseguir manter suas produções orgânicas, levando-os a buscar outros lugares para comercializar.

Também é importante mencionar que os agentes dos fragmentos que serão mencionados no próximo tópico não possuem nenhum desses “privilégios”. O produtor rural, por exemplo, vive apenas da renda de suas lavouras que são comercializadas para atravessadores. Já o trabalhador rural é quem bota a mão na massa e tem seu salário fixo, independente do esforço que promove. Já o agrônomo ocupa outro patamar, ele é dono do saber, reproduz o conhecimento que obteve em seus estudos e que sendo seguida a produção é garantida e até maximizada, essa é a questão que importa, já que aparentemente é essa a necessidade dos produtores, que vendem o resultado de suas lavouras a preços delimitados pelo comprador.

No primeiro caso, da AAOF, eles construíram pequenas liberdades em relação a produção agrícola. Já no outro caso, estão em posição sujeita ao sistema de mercado, tendo sempre que garantir o menor custo e risco da produção, já que não são eles nunca que ditarão os preços da safra.

2.2.2 Conselhos?

Houve frases disparadoras para a construção da nossa investigação, vindas de três sujeitos diferentes. A ordem dos diálogos é irrelevante já que nenhum deles teve relação com outro. Mas achamos importante relatar o papel social que cada um desenvolve e que ocupa um lugar hierárquico a partir do saber e do poder. O primeiro diálogo foi com um agrônomo, o segundo com um produtor rural e o terceiro com um trabalhador rural. Essa hierarquia também aparece em relação à família do autor, que não ocupa nenhum desses lugares, nos colocando no nível inferior sobre o conhecimento do assunto. Por nossa relação não ser próxima ao campo agrícola

todos os dizeres vieram como conselhos amigáveis e despreziosos em relação a lucro ou qualquer outra coisa, exceto o trabalhador rural, mas ao relatar o seu fragmento explico melhor.

Primeiramente o agrônomo, nos informando sobre a produção de café, queria nos convencer de que “o agrotóxico evapora e não sobram vestígios no produto final”, ou que “existe pouca diferença no sabor entre o produto orgânico e o produto convencional” e que a produção orgânica é produto de uma “ideologia ingênua contra os benefícios do uso dos agrotóxicos”. Num segundo momento vem o fragmento que dá origem ao título do trabalho e que foi proferida por um pequeno produtor com “certa preocupação” com a nossa lavoura. Na ocasião em que soube que iríamos produzir de forma orgânica e sem utilização de OGMs nos disse que era “loucura” e que as pragas iriam todas para nossa lavoura e para explicar o motivo e validar sua afirmação nos disse que era porque todas as lavouras em volta produziam da forma convencional e que se não fizéssemos também as pragas que iriam para essas plantações iriam todas para as nossas.

Separo o terceiro por não ter vindo de um conselho, mas soou como uma condição. Foi um fragmento dito por um trabalhador rural que habita uma casa na nossa propriedade. Um cearense que como outros tantos chegam à região em busca de trabalho e estava sem lugar para morar, era uma pessoa sem casa e nós tínhamos uma casa sem pessoas. Fizemos um acordo e ele foi morar lá e estava desejoso de plantar mandioca para seu consumo e foi na conversa sobre essa possibilidade que justificou que era “preciso usar um mata-mato (agrotóxico) para poder plantar a mandioca, porque o solo é duro para capinar”. Dissemos que não havia essa possibilidade do uso de agrotóxicos e ele nunca plantou mandioca. Ele também não aceitou o acordo de trabalhar como meeiro na produção de milho pelo mesmo motivo de não utilizarmos agrotóxicos. “O trabalho fica muito difícil.” Essa era a condição aplicada ao seu discurso.

Esses discursos, aparentemente fragmentados e dispersos, revelam uma fala oculta, um poder simbólico (BOURDIEU, 1989) que atua de forma insidiosa e implícita em cada uma das falas. Esse aparato discursivo, que é naturalizado no meio rural, revela um determinado poder de construir formas de entendimento da realidade e dar sentido ao real. É um poder invisível que é exercido com a cumplicidade dos sujeitos e tem como função social a criação de uma espécie de coesão, produzindo a integração e o consenso, reproduzindo a ordem social. Ele é,

ao mesmo tempo, um modo de compreensão da realidade, um instrumento de conhecimento e um modo de reprodução da ordem social. Deste modo, os sistemas simbólicos cumprem uma função política de instrumento de legitimação da dominação e asseguram a dominação de uma classe sobre a outra.

2.3 Discussão

Existem quantidades significativas de estudos sobre o uso de agrotóxicos e OGMs na produção agrícola destacando seus prejuízos para a saúde do trabalhador, do consumidor, do meio ambiente. São exemplos os estudos de Soares *et al* (2003) sobre os fatores risco associados a utilização dos agrotóxicos para o trabalhador rural, também os estudos de Faria *et al* (2004) sobre o uso de agrotóxicos e a intoxicação no trabalho rural e também os estudos de Soares *et al* (2017) sobre a contaminação de águas subterrâneas pelo uso de agrotóxicos. Esses trabalhos são apenas alguns existentes sobre as consequências da utilização de agroquímicos na agricultura. A utilização de OGMs também encontra uma relação com a utilização de agrotóxicos, sendo elas, no caso da soja por exemplo, resistente a um determinado agrotóxico, assim podendo utilizá-lo sem trazer danos a planta cultivada.

Desde a criação do DDT³ (proibido desde a década de 1970) os agrotóxicos ganharam notoriedade pelo grande auxílio no combate das pragas da lavoura, sejam insetos ou plantas invasoras. Mas como os estudos citados acima apontam, os agrotóxicos têm uma relação de riscos na saúde dos trabalhadores agrícolas, da contaminação de água e do meio ambiente, o mesmo que foi observado nos estudos sobre o DDT e que levaram a sua proibição mundial ou regulamentação para usos específicos como o combate da malária.

Contudo o que vemos é que mesmo existindo pesquisas sobre os impactos no ambiente e na saúde humana e dos trabalhadores, a prática de utilização de agrotóxicos é difundida pelos agricultores, agrônomos, trabalhadores rurais como o melhor método de produção, às vezes o único, o que fomenta a ampla utilização desses agrotóxicos, principalmente nos países subdesenvolvidos. Inclusive, no Brasil, a utilização dessas técnicas agrícolas obtém incentivos fiscais a partir da

³ Sigla de diclorodifeniltricloroetano, o primeiro pesticida moderno.

isenção de impostos relacionados aos agrotóxicos e a aviação agrícola (SOARES, 2010, p. 11).

2.3.1 Territórios

Para que possamos compreender e adentrar ao objetivo desse artigo sobre como o discurso a respeito da agricultura convencional acontece e é assimilado lançaremos mão do conceito de território a partir de duas perspectivas teóricas, uma com Deleuze e Guattari e outra a partir de Milton Santos. Focaremos na correlação existente entre elas. Para tanto, partiremos da definição do conceito de território nas duas abordagens.

Apesar de guardar relação com a terra, com o solo, para Santos (2007) o território ultrapassa esse aspecto concreto sendo entendido como o *território usado*, ou seja, o chão (solo, terra) mais a identidade que se agrega em função de seu uso. Para o autor, “O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (p. 14). Também Santos (1998) refere-se ao território como um espaço que antigamente era o fundamento do estado-nação, mas que se apresenta atualmente como mundial, graças aos efeitos da globalização. E esse novo território passa a operar a partir dos interesses empresariais.

Na perspectiva de Deleuze e Guattari o território é onde desembocam os comportamentos e investimentos nos tempos e espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1996), funcionando numa relação intrínseca com a subjetividade que o delimita (GUATTARI, 1985, p. 110). O território se constitui na relação que surge entre o espaço e quem o habita, seja ele ser humano ou não. O território, portanto, se constitui na relação. Para definir o território, Deleuze explica justamente essa relação lembrando que “há animais sem território, mas os animais de território são prodigiosos, porque constituir um território [...] é quase o nascimento da arte” (DELEUZE, 1988-1989, p. 4). É o ser que constitui o território, mas não é necessariamente todo ser que o constitui. Deleuze ainda nos mostra que “sair do território (para os animais) é se aventurar” (DELEUZE, 1988-1989, p. 4, grifo nosso).

Os conselhos vêm, sob a perspectiva do território, demonstrar uma acomodação em busca de não se aventurar. “*Permaneça aqui, com todos nós, é menos forçoso, é mais seguro, bobeira ir por outro caminho*”, parecem nos dizer.

Mas o que vemos? Que o território ao modo de Santos, mas também de Deleuze e Guattari, tem uma tendência a se internacionalizar, globalizar, a partir dos interesses hegemônicos sendo necessário que sejam reproduzidos neles as suas lógicas. O capitalismo cria os territórios que passam a ser ocupados como se fossem próprios dos sujeitos, apagando todo o jogo do capital intrínseco a essas relações. Um exemplo da criação dos territórios que se difundem amplamente na atualidade é a “Revolução Verde” que se deu após a segunda grande guerra.

O discurso da Revolução Verde estava repleto de uma perspectiva ocidental sobre a ciência, o progresso e a economia, que deviam promover-se (impor-se, se for preciso) nos países do chamado Terceiro Mundo. Em consonância com a teoria da modernização, que era o modelo de desenvolvimento próprio desses anos [...] a Revolução Verde identificava no Terceiro Mundo uma série de carências que deviam ser satisfeitas, à base de aumentar quantitativamente os bens e os serviços. Ao mesmo tempo, essa febre produtivista, que em teoria beneficiaria os países pobres, servia tanto para aumentar a produção de matérias-primas baratas, destinadas às agroindústrias do denominado Primeiro Mundo que as beneficiavam, incrementando seu valor, como para aumentar a produção de maquinário e insumos químicos desses países ricos que vendiam para os países pobres. (GÓMEZ, 2006, p. 185)

Foi a partir dessa revolução que surgiram as técnicas agroquímicas, as máquinas e a forma de produção convencional que inauguraram a agricultura moderna. Foram essas técnicas que possibilitaram que a produção pudesse se dar de forma intensiva e monocultora, produzindo uma só espécie em extensas áreas, repondo artificialmente os nutrientes necessários para as plantas e lidando com as pragas com toxinas. Essas técnicas permanecem evoluindo, e seus avanços passaram a ser genéticos, surgindo os OGMs.

Essa é a lógica da produção do território hegemônico. Quem deseja deixá-lo e se aventurar só o fará a custas das penas estabelecidas. As pragas são apenas um alerta, um lembrete de que deixar esse território vai ser custoso.

[...] esse discurso normatizador da Revolução Verde trata de abolir qualquer atividade que se situe à margem da economia de mercado, não só desprezando, mas também combatendo, como uma heresia, as atividades de subsistência, de reciprocidade, de intercâmbio e de solidariedade existentes em boa parte do meio rural dos países pobres e que resultam cruciais para as estratégias de sobrevivência de suas populações. (GÓMEZ, 2006, p. 187)

E como outra ideia que parece também pertencer a esse território hegemônico é de concorrência, de competição (por isso existe um sinal de

interrogação à frente de conselhos), impossibilitando a união. Se aventurar seria, assim, o sinônimo de solidão.

Se torna clara essa ideia, já que o mesmo produtor que nos aconselhou, nos alertou, não perdeu tempo ao atravessar a venda das safras de milho, sabendo da informação do comprador por nós, logo correu para que comercializasse o mais rápido possível, antes de nós. Outro exemplo que caracteriza bem essa história foi me contado por uma amiga, que em diversas feiras de venda de café que ela participou era evidente uma união estabelecida entre os produtores dos mais diversos países que ali se encontravam, menos dos produtores brasileiros, que concorriam no preço uns com outros não se importando de “roubarem” os clientes que estavam fechando negócio com outro produtor. A competição desconhece a associação, a união, se tornando incapaz de acreditar que seriam possíveis resultados melhores que aquele que obtém sozinho.

A lógica da competição faz parte de uma estratégia mais ampla que fragmenta os discursos e dispersa os atores sociais que disputam espaços entre si. Ela faz parte de um conceito que Pierre Bourdieu (1989) chama de violência simbólica. Para ele, o conceito descreve o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados. Bourdieu parte do princípio de que a cultura, ou o sistema simbólico, é arbitrária, uma vez que não se assenta numa realidade natural. Ela é construída a partir dos conflitos sociais e contribui para a domesticação dos dominados, pois o poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade dos que estão sujeitos a ele, mas ao mesmo tempo não sabem desta sujeição, ou não sabem até que a exercem. O que está em jogo, portanto, é o monopólio da violência simbólica. A capacidade de impor a apreensão da ordem estabelecida como natural, ignorada como arbitrária.

Esta violência simbólica expressa-se na imposição "legítima" e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera sua situação natural e inevitável. Neste sentido, utilizar os “defensivos agrícolas” é algo “natural”, e a possibilidade de pensar diferente e agir de outra forma soa como algo “antinatural”. A violência simbólica está tão internalizada e naturalizada que pensar de outra forma aparece no jogo de forças cotidiano quase como uma burrice, teimosia ou aberração.

Ao se aventurar por um outro discurso, que atua de forma contra hegemônica, o sujeito produz uma desterritorialização e, conseqüentemente, uma reterritorialização. Como explicam Guattari e Rolnik:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de seus territórios "originais" se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia [...]. A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante. (1996, p. 323)

Tanto a atitude da família do autor quanto as desses três sujeitos são referentes aos territórios que habitam, territórios subjetivos no sentido desenvolvido por Deleuze e Guattari, mas que também constroem e são construídos pelo uso do espaço físico na terra, na produção ou pelo modo como cultivam suas lavouras. Quando invocamos a história da AAOF é para mostrar o quanto desterritorializados os produtores tiveram que se tornar para que pudessem manter a produção da forma como acreditavam, saindo inclusive do espaço que tinham no mercadão de Ouro Fino/MG em busca de novos territórios na cidade de Campinas/SP, reterritorializando-se. Já meu pai, que não tinha a renda dependente do comércio dos produtos, sua desterritorialização se findou transformando suas crenças quanto às formas de se produzir. A AAOF já é um exemplo de reterritorialização, o lugar onde novos territórios emergiram acolhendo todos os desterritorializados da produção convencional, criando um novo território existencial na articulação entre os diversos responsáveis para que pudesse se tornar possível.

Já a respeito dos três fragmentos percebemos que a desterritorialização é desestimulada, é necessário que o discurso hegemônico se perpetue e mantenha o modo convencional de pensar. Existe uma grande indústria que se beneficia desses modos de produção, seja criando os produtos a serem utilizados ou delimitando o valor de compra e assim podendo prever seus lucros em cima de um gasto fixo. Se mantiver da forma como o discurso está estabelecido cria uma zona de segurança, de regularidade, eliminando ao máximo as adversidades, garantindo a produção e reduzindo os esforços físicos. E essa manutenção que aparece como natural é apenas a forma como a violência simbólica se manifesta.

Sem perceber, os agricultores repetem os processos de produção e os discursos, sem se questionarem não operam a partir da mudança, não há

desterritorialização, permanecem em seus territórios. Ano após ano, repetem seus modos de produzir, certos de suas produções, calculam seus custos a partir do mercado futuro (previsão dos preços), e assim contabilizam seus lucros, seus investimentos. Quem não quer poder ter essa certeza, sabendo que o limite entre a sorte e o revés é a natureza? A selvagem natureza quando domesticada gera uma satisfação, é como levantar as paredes de uma casa e se proteger. Mas se protegem do que? Nenhum perigo é dado de véspera, assim como nenhuma certeza também. Mas acham tolos, hereges, fadados a ficarem sozinhos com todas as pragas, os que não seguirem o caminho “desterritorializante”, estrangeiro a eles, mas já espaço reterritorializado por outros, como o caso de minha família, da AAOF. O discurso hegemônico, portanto, aparece como uma forma de violência simbólica que é reproduzida pelos próprios sujeitos que são prejudicados por essa lógica.

Em Guattari (1985, p. 110) vemos que se fabricam, de certo modo, a partir de todas as funções de Estado, paraestatais ou assimiladas, o espaço, tornando liso o território.

As cidades se instauram como espécies de gânglios de uma rede de fluxos que vão cobrir um espaço. [...] a cidade não só tem uma função econômica num espaço social, mas o conjunto das grandes cidades funcionam umas em relação às outras de maneira que daria para datar a emergência da cidade capitalista pela emergência [...] (da) cidade-mundo. É exatamente nesse momento que se dá essa inversão circunscrição urbana/equipamentos coletivos (p. 111)

O espaço liso é um espaço desterritorializado que perde sua circunscrição ou delimitação feita por emblemas étnicos e religiosos, e inventam um novo tipo de espaço (GUATTARI, 1985). E voltarmos 500 anos atrás verificamos como o território brasileiro se tornava liso. Florestas iam abaixo, junto com os povos que as habitavam, não era só o ambiente que se modificava transformando em clareiras (espaço liso) onde haviam árvores, era junto com a lógica mercantil que olhava o novo continente a partir de suas riquezas comerciáveis (ouro, madeira, etc.) excluindo o sistema de crenças e modos de relação que constituía o território habitado pelos povos originários. Negaram seus ritos, sua cultura, seus modos de viver, suas relações sagradas com a terra, definiram diversos povos diferentes com o mesmo nome, índios. Impuseram a religião e os modos de vida. Inclusive, Iracema, talvez o nome indígena mais conhecido, é apenas um anagrama de América, o novo continente. Assim transformaram um território pluricultural em

monocultural. O território estriado se torna liso, geograficamente, cultural e subjetivamente.

Se observamos a monocultura, modo de produção habitual da agricultura convencional, vemos o exemplo desse espaço liso emergir aos olhos. Ela transforma um espaço heterogêneo, onde se aconteciam produções poli culturais, com interação entre espécies de plantas e animais, assim como eram pequenos os espaços da vizinhança e outros produtores também produziam possibilitando ainda mais a heterogeneidade de culturas agrícolas e relações sociais, era um espaço estriado. A monocultura já permite que longas faixas de terras possam produzir apenas uma determinada lavoura, faixas de terras que se estendem ao horizonte, sem pessoas, sem espécies, sem sociedades. Se constroem dentro dos limites que demarcam uma cidade, um estado, um país, mas com plantas que não são, muitas vezes, sequer nativas da região. Se inscrevem no meio de um país com cultura específica, mas dele nada compartilha nem manifesta e pouco a ele serve, se não contabilizarmos os impostos. É um território liso, homogêneo, que poderia ser em qualquer outro país e lugar que não seria nada diferente. E que servir, na maior partes das vezes, a interesses também de outros países, é também o espaço agrícola-mundo.

É também o território local que se torna global, como nos fala Santos (1998), e a globalização junto ao neoliberalismo, deixam liso o espaço, o território, e remontam o seu espaço, reorganizando-o. É nesse sentido que podemos observar as mudanças no formato da agricultura anterior à implementação das técnicas – implementadas sob os argumentos da incapacidade de se comercializar a grandes distâncias e também pela incapacidade de se produzir em larga escala a partir de um regime de monocultura e de todas práticas tornadas convencionais – que tinha seus *modus operandi* definido de forma sazonal, cumprindo a demanda máxima que a região poderia atingir. Mas o local ao se tornar global, são necessárias outras formas de produção, afastando o agricultor da comunicação com a terra. Isso concretiza o estriamento do espaço, ou a reterritorialização, agora a partir das formas hegemônicas.

O que se trata aqui, tanto em Santos quanto na perspectiva Deleuze-Guattariana, é sobre quem ou o que se constrói nesses territórios e a quais interesses eles são destinados. Quando um território geográfico (SANTOS, 1998) deixa de ser delimitado pelo Estado-Nação e se torna um território transnacional,

global, ele também pode ser pensado a partir do território subjetivo. Podemos dizer que este deixa de ser construído pelo sujeito, pela sua cultura, pelo contexto histórico-social no qual habita e se transforma a partir da construção da globalização. Porém essa globalização por mais que pareça possibilitar o encontro de todos os territórios, é somente sobre uma hegemonia ocidental que ela se dá, operando sob as normas de um mercado neoliberal. É este que dita as normas sobre a produção de lucro capitalista.

Da mesma forma, o que surge na agricultura é a invenção das novas técnicas, que *inventam* um universo agropecuário e modificam a relação do agricultor com a agricultura, com a terra, com o “natural”. A produção se garante a partir das técnicas, garantia necessária para que se obtenha capital para uma nova produção, mas mais que isso, para a sobrevivência de sua família. De certa maneira o desenvolvimento das técnicas reduz o trabalho e aumenta o lucro para o produtor, mas é ingênuo pensar que isso beneficia o produtor. Ele só se constrói a partir do mercado dessas técnicas, pois o fato do alimento ser produzido segundo essas formas alimenta uma cadeia de produção das técnicas, um mercado de desenvolvimento de sementes, agroquímicos, máquinas e etc. essa lógica mantém o capital agrícola funcionando, assim como toda a rede que dele se beneficia.

2.3.2 Produção e reprodução dos territórios

Os conceitos de território a partir de Santos e de Deleuze-Guattari não são articulados de forma arbitrária. Assim como lembra Santos à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem” (2007, p. 14). Eliminando a temporalidade existente nessa frase, mas ressaltando a mútua determinação, os territórios são construídos juntos, no espaço-tempo sociocultural, onde as forças produtoras de subjetividade são capazes de agir e, portanto, modificam-se mutualmente.

Ao se tratar da terra que se cultiva, o território agrícola pode ser transformado assumindo qualquer forma que se dê a ele, qualquer forma que se deseje cultivar, desde que existam técnicas capazes para isso, mas o que se põe no caminho para uma produção orgânica não são as pragas em si, mas uma subjetividade que constrange essas mudanças. É uma subjetividade capitalista. Assim como Guattari

descreve sobre os problemas enfrentados pelos arquitetos no que diz respeito a cidade, podemos enfrentar as mesmas questões na agricultura:

O que é importante ressaltar é que essa inversão da relação entre equipamentos coletivos e circunscrição urbana tem por dom recalcar completamente os territórios individuais, desencantar as relações urbanas [...] E é algo que é preciso situar em grande escala, a afirmação da subjetividade. E os arquitetos e urbanistas se dão conta disso da mesma forma que se dão conta do constrangimento de territórios. O mesmo tipo de problema se coloca, para um arquiteto ou urbanista ao lidar com um espaço onde há uma montanha ou um rio. Imagine-se, então, que para conceber o seu projeto o arquiteto encontra também, além de rios e montanhas, outros tipos de constrangimentos. Constrangimentos talvez menos visíveis mas apesar de tudo, por isso mesmo, mais violentos ainda que os visíveis como a montanha. São os constrangimentos das curvas da subjetividade capitalistas. Como as curvas de uma montanha são pregas da subjetividade capitalística. Então quando a gente vai ao arquiteto e pede para que ele use o melhor de seu talento e recrie uma função de charme, de solução, de calor, talvez essa tarefa não seja impossível, mas já se tornou bem difícil. [...] É obvio que essa máquina de subjetivação não pode absolutamente se reproduzir no contexto de subjetivação capitalística. (GUATTARI, 1985, p. 111-112)

O modo que o capitalismo encontra de operar no território físico, inacessível a ele, como o ambiente interno de casas, fazendas, modos de produção autônomos é a partir da construção de territórios subjetivos, ou operando neles. Assim produz uma subjetividade que é levada para dentro dos lugares mais íntimos da vivência: o lar, a família, o trabalho entre outros. E com o capitalismo agindo sobre um desses territórios, modifica o outro a sua mesma maneira.

A ação do capital se dá em termos objetivos pela imposição da sua lógica no mercado, mas em termos subjetivos ela acontece por meio da ideologia, pois é ela que faz com que os pontos de vista, os valores, as opiniões e o pensamento da classe dominante se transformem nos valores de todas as classes e de toda a sociedade. A ideologia nos faz pensar que o nosso mundo é justo, que ele é a única possibilidade, que nele não há conflito ou possibilidade de mudanças. A ideologia dominante sempre desqualifica as reivindicações dos que não se deixam dominar.

Segundo Marilena Chauí (1999), a ideologia reproduz ideias, atitudes, pontos de vista, visões de mundo, opiniões, valores, modos de pensar e padrões de comportamento de uma das classes sociais (a classe dominante) que se tornam oficiais e são reproduzidos por toda a sociedade. Sua função é dissimular as divisões sociais e ocultar os conflitos, pois desta forma somos levados a crer que as desigualdades econômicas, sociais e políticas não são produzidas pela divisão social das classes, mas são diferenças naturais. A Ideologia oculta a origem da

exploração, esconde a forma como se dão as relações de produção, dissimula a presença do conflito entre as classes, nega as desigualdades sociais e cria uma imagem ilusória da realidade

É no território físico que vemos o capitalismo se manifestar, mas é em um território ligado à subjetividade que ele passa a agir. O processo de criação de uma subjetividade, ou uma ideologia – que não só valida um modo de produção, mas o dissemina como regra para todos os hereges sob a ameaça da destruição de suas lavouras por pragas – se dá em um território que não está diretamente ligado ao solo, não é físico e nem visível, mas o território como sinônimo de apropriação, ou seja, de uma subjetivação que se fecha sobre si mesma. O capital é exemplo desse território que se impõe à subjetividade humana, no caso o agricultor, criando toda uma “série de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 323).

O que vemos é uma relação de apropriação de discursos repressivos e limitantes no próprio assujeitamento e um movimento de criação outra. É nessa dualidade que o sujeito está submetido, que o *socius* está submetido, nessa luta de contrários, onde, no primeiro caso o sujeito se submete à subjetividade assim como a recebe. Esse processo é percebido no discurso sobre as pragas. Propagam o discurso assim como eles recebem e espalham sem que se faça a ressingularização para a sua realidade. Se fecha em blocos que assumem a mesma postura perante situações diversas. Visam o lucro à sua propriedade, ao seu território, mas o oferece a serviço de uma subjetividade capitalista que se impõe de diversas maneiras no seu território subjetivo, e que de forma perversa, o mantém sob o controle de tais leis.

O entendimento de que a sociedade não resulta de um aglomerado de subjetividades, mas que as subjetividades são resultados de forças maiores, determinações coletivas de várias espécies, sociais, econômicas, tecnológicas, ideológicas, etc. O Agricultor está submetido a essas forças, onde todos à sua volta estão utilizando de tal meio para se produzir. O coletivo rural opera desse modo, compartilham trabalhadores que assim agem também como mensageiro que opera em todos os meios reproduzindo suas formas de trabalhar. Ou funcionam a partir da ciência proferida por saberes científicos a partir de engenheiros agrônomos. A tecnologia é, então, amplamente utilizada como modo de poupar o esforço e aumentar (ou garantir) o lucro. Os territórios, subjetivos e geográficos, se transformam mutualmente, operando em benefício de quem os constroem, ou seja,

da lógica hegemônica do neoliberalismo, mesmo ao custo do meio ambiente ou da saúde dos trabalhadores e dos consumidores.

2.4 Conclusão

O capitalismo como agente externo inventa o território agropecuário, o separando ao máximo dos inconvenientes possíveis e atribuindo a ele a função única da obtenção do máximo lucro com o mínimo esforço, aos moldes da mais-valia. É necessário para o produtor garantir esse lucro na produção, assim como o mercado regulamentado garante aos compradores o cálculo preciso do lucro que obterão a partir da revenda, beneficiamento, utilização desse produto primário. Surge um paradoxo; quanto mais o produtor produz e vende, mais aumenta a mais-valia do comprador em relação a ele. O produtor assume a forma de um operário, que produz, mas sem qualquer vínculo empregatício, produtos primários para o atravessador, para a indústria, seja lá quem ou o que for. O produtor também é o consumidor exclusivo das técnicas desenvolvidas, os saberes do agrônomo se comportam como marketing. Mas é abaixo nessa hierarquia, e sob submissão de todas essas relações, que se encontra o ambiente, que sofre as mazelas das extrações a qualquer custo, e se torna liso, sem qualquer relação ecológica que pudesse existir. Sem pássaros, animais, diversidade de plantas.

E a cada dia surgem mais técnicas e tecnologias para o campo que reinventam a relação do ser humano com o meio, com a produção rural. Que se transforma em submissão do meio ao sujeito, por mais ilusória que se possa parecer, o que era interação, harmonia. A cada técnica que surge equivale a um novo modo de interação do ser humano com o ambiente. Guattari e Rolnik (1996) explicam essa relação a partir do uso do Walkman, novidade na década de 1980, transformando o que era até então natural para a música, que era vir do exterior, uma prática compartilhada, em práticas individuais a partir dos fones de ouvido, agora ela soa como algo vindo do interior, e assim “*inventar* um universo musical, uma outra relação com os objetos musicais” (p. 32). O que era natural para a produção rural, policultura, descanso da terra, adubação orgânica, pequenas áreas cultivadas, interação entre plantas e animais, etc. se transforma em monocultura, sem descanso, adubação química, confinamento de animais, utilização de agrotóxicos, etc.

O papel dos agentes químicos (agrotóxicos e fertilizantes) reinventa a relação do agricultor com a terra, equivale a implementar uma espécie de reterritorialização da produção, um novo modo de interagir com a agricultura. Esses agentes químicos tornam possível que a produção convencional continue naquele mesmo espaço eliminando os inconvenientes que poderiam surgir, já que a prática da monocultura é mais propensa ao ataque de pragas e leva a escassez dos nutrientes da terra, substituindo os períodos de descanso da terra e a prática de rotação de cultura, estratégias comuns que renovam esses nutrientes, pela suplementação com os novos produtos químicos desenvolvidos. Martins (2009, p. 86) relata que foram esses motivos que fizeram as produções de café se deslocarem em busca de novas terras, pois já não sendo mais possível a produção naquele espaço, por esgotar os recursos e nutrientes da terra devido ao modo predatório que se produzia, era necessária a busca por novos territórios. Acreditavam que as terras eram infinitas. Deixando solos inférteis para trás. Hoje o capital reterritorializa o mesmo espaço a partir da produção de técnicas químicas que possibilitam a permanência e a produção naquele mesmo ambiente e nos mesmos moldes que consiste em extrair o máximo possível que a terra e as técnicas podem possibilitar.

Podemos ver o discurso aparente que determina a utilização de agrotóxicos. É uma regra imposta por todos e a todos. Sair dessa lógica se torna loucura, frescura ou ignorância. Por não conhecerem as formas como opera o capitalismo estão sujeitos a receberem os territórios de pronto, a operarem no território de modo a aplicar o modelo criado externamente. “A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 33).

Percebemos então que é nessa forma dupla que opera o capitalismo: ele cria normas para a produção e comercialização mercadológica produzindo o território, selecionando a que cada espaço deve ser destinado a produzir, ao mesmo tempo que produz a subjetividade, o território subjetivo, ditando as normas de como deve ser realizada a produção e a que ela se destina.

O capitalismo também se desterritorializa, essa é sua grande força. Deixar de produzir de forma convencional não implica em deixar de seguir o modelo hegemônico, já que esse modelo pode (e faz) se expandir até absorver esses

hereges. Desterritorializar é sempre um processo contínuo, tanto para o sujeito, como também para o capital.

As pragasirão todas para sua lavoura é uma ordem (do capital) um conselho (ao herege) e um medo (do produtor). Criam territórios existenciais e modificam o território onde se localizam geograficamente. A ordem, o medo, o conselho e outros tantos discursos que podem emergir sobre o campo agropecuário produzem a subjetividade capitalista que se incorporam nos sujeitos, que por sua vez, são quem constrói o território físico. Pensar a agropecuária a partir de uma epistemologia, de um acontecimento, a partir da relação entre os territórios existenciais próprios da subjetividade humana e o território habitável, onde as relações humanas e com o ambiente acontecem nos levantam mais pontos a serem investigados do que se pode responder em um artigo.

Coletar mais histórias de vida que estejam relacionadas com essa prática é necessário para continuar construindo esse mosaico científico que no cruzamento com diversos saberes que poderão trazer luzes sobre a relação entre os territórios a saber. Compreender os territórios, a desterritorialização e reterritorialização como processo contínuo, aplicável tanto ao sujeito, ao ambiente e ao capital nos dará mais informações sobre como interagir nos tempos atuais a fim de diminuir os danos provocados à natureza, à sociedade e ao sujeito pelos modos predatórios com os quais o capital opera.

Da forma como acontece, a ideologia da produção que apresenta práticas de contaminação de solos, da água, do ar, esgotando, assim, os recursos naturais, que podem levar a graves consequências como já vem sendo observado a respeito do desaparecimento de abelhas, desertificação do solo que se apresenta incapaz de produzir sem que seja acrescentado nutrientes artificiais (ou através de um longo trabalho de recuperação). A ressonância da ideologia do mercado pelas as diversas subjetividades ligadas ao campo trazem aos produtores o medo da produção a partir de outras lógicas que não possuem a mesma garantia de produção que a lógica convencional. O medo de não conseguirem arcar com os custos da produção e de que venha a praga do prejuízo impossibilita uma racionalização que vise práticas sustentáveis da agricultura. Dificultam, mas não impossibilitam, pois, conforme o exemplo da família do autor e da AAOF, existe uma maneira de se desterritorializar da produção convencional e optar por modos agroecológicos e sustentáveis de produção.

É preciso perceber que o discurso, seja ele em tom de ameaça, conselho ou consultoria, é uma arma a serviço do capital, mas ele também pode ser contra hegemônico, mesmo que pareça ingênuo, inadequado ou deslocado. Segundo Eni Orlandi (2003), não existe discurso sem sujeito, sem história e sem ideologia, pois todo discurso está impregnado daquilo que o constitui. Ao falar, o sujeito revela seus interesses, mesmo que o sujeito que profere o discurso não perceba que está em jogo e que ele está sendo utilizado e iludido. O jogo ideológico operado pelas empresas transnacionais do setor de alimentos, medicamentos e do agronegócio agem, portanto, de forma dissimulada, produzindo discursos ideológicos que se voltam contra os próprios atores sociais que acreditam nele. A violência está justamente no fato deste discurso se apresentar como o mais coerente, racional e verdadeiro, quando na verdade ele é o oposto de tudo isso.

2.5 Referências

- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CHAUÌ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.
- DELEUZE, G. **O abecedário de Gilles Deleuze: uma realização de Pierre-André Boutang**. Paris: produzido pelas Éditions Montparnesse, 1988-1989.
- DEMATTEIS, G. Geografia Democrática, território e desenvolvimento local. **Formação**, v. 2, n. 12, p. 11-26, 2005.
- FARIA, N. M. X. et al. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxico. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, set-out 2004. 1298-1308.
- FOUCAULT, M. **Dits et écrits - 1954 - 1988 Tome I (1954-69)**. Paris: Gallimard, 1994.
- GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade. Presidente Prudente, p. 438. 2006.
- GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates: revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 5, n. 16, p. 109-120, 1985.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

- LÉRY, J. D. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.
- MARTINS, A. L. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D.; SILVEIRA, M. L. (.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.
- _____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K.; AL, E. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.
- SOARES, D. F.; FARIA, A. M.; ROSA, A. H. Análise de risco de contaminação de águas subterrâneas por resíduos de agrotóxicos no município de Campo Novo do Parecis (MT), Brasil. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, [online], v. 22, n. 2, p. 277-284, 2017.
- SOARES, W. L. **Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura**. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, p. 150. 2010.
- SOARES, W. L.; ALMEIDA, R. M. V. R.; MORO, S. Trabalho rural e fatores de risco associados ao regime de uso de agrotóxico em Minas Gerais, Brail. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1117-1127 jul-ago 2003.

3 ARTIGO: O QUE TEM ATRÁS DO VULCÃO? UM ABISMO SOCIAL QUE PRODUZ UM DOS MELHORES CAFÉS DO MUNDO.

Ixcanul significa vulcão no dialeto Maya da etnia Kaqchikel, e carrega consigo toda simbologia cultural de um elemento que se incorpora no cotidiano das vidas que habitam as terras próximas a ele. Talvez por isso, e não por acaso, Ixcanul, como é denominado o vulcão situado no país guatemalteco, tenha dado de empréstimo o nome ao filme produzido por Jayro Bustamante⁴ em 2015 na Guatemala, cuja narrativa se passa em uma fazenda de café localizada aos pés deste vulcão. O filme explora, ao destacar a localidade onde vive a personagem Maria, uma jovem Kaqchikel de dezessete anos, suas experiências em torno do sexo, da família e do trabalho e suas relações com questões mais amplas como a pobreza, o tráfico e roubo de crianças e recém-nascidos, a dominação masculina e a dominação linguística e a exploração do agronegócio. Esta última e suas relações com o modo de vida dos trabalhadores rurais constitui o principal tema abordado no presente trabalho. A obra, baseada na história real de Maria, é um retrato único da vida de um povoado, uma janela que se abre para uma paisagem composta por realidades singulares e verdades universais sobre a condição humana.

O filme se passa em uma fazenda de produção de café localizada nas encostas do vulcão Ixcanul. O café produzido nessa região é muito valorizado no mercado internacional e considerado superior pelas características proporcionadas pela região de produção. Isso se dá graças aos cafezais na Guatemala estarem situados em altitudes acima de 1300 metros e com predomínio de solos vulcânicos que são ricos em minerais que favorecem o desenvolvimento da planta fazendo da região um ambiente perfeito para a cafeicultura. Além de contar com esses fatores, a Guatemala está localizada em uma latitude marcada por longos períodos de chuvas

⁴ Jayro Bustamante é um diretor Guatemalteco, estudou comunicação e cinema, sua mãe fazia campanhas de saúde pública, sendo ela quem conheceu Maria, quem inspirou o enredo de Ixcanul (2015). O filme é o primeiro longa-metragem do diretor e foi exibido na principal seção da competição do 65º Festival Internacional de Cinema de Berlim onde ganhou o prêmio Alfred Bauer⁴. Além desse prêmio, Ixcanul seguiu colecionando outras conquistas pelos festivais de cinema, conquistando também o prêmio de melhor filme no Festival de cine de Guadalajara, no Festival de cine de Cartagena, no XV Festival Internazionale del Cinema di Frontiera, Italia, no 42 Film Fest Gent, Bélgica, no Festival de Cine de Filadelfia, Pennsylvania, EE.UU. e no Molodist International Film Festival, Kiev, Ucrânia. As atrizes María Mercedes Coroy e María Telon também conquistaram os prêmios de melhor atriz internacional no Festival du Nouveau Cinéma en Montreal, Canadá e de melhor atriz no Festival de Cine de Arte, Eslováquia, respectivamente. As atrizes são estreates e pertencentes a etnia Maya Kaqchikel.

seguidos de seca proporcionando um clima propício para o ciclo de crescimento das plantas e desenvolvimento dos frutos, e também garante que a época de colheita não seja afetada pelas chuvas, o que poderia comprometer a qualidade do grão. A combinação desses fatores somado com os cultivares⁵ predominantes, com o processo de colheita manual e seletiva somente dos grãos perfeitos e com os processos de pós-colheita comuns do país contribui para a qualidade superior da bebida destacando uma complexidade que apresenta acidez, corpo e aromas leves e sabores doce, herbáceo ou erva fresca, além das características do terroir⁶ específico de cada microrregião do país. Características muito apreciadas no café e que proporciona aos cafés da Guatemala boas pontuações nos concursos da Cup of Excellence⁷.

A Guatemala tem cerca de 2,4% de participação nas exportações de café mundial, o que dá ao país o 11º lugar entre os países exportadores (ICO, 2018). Com predomínio de café arábica, o mais valorizado entre as espécies mais comuns. Para além das exportações, o café também está presente na cultura guatemalteca sendo seu consumo parte do cotidiano. Todo esse destaque do café guatemalteco tem, também, relação com o baixo uso de tecnologias. É somente através das mãos humanas que se consegue a predominância de cafés perfeitos, colhidos com a maturação no ponto, sem que sejam desperdiçados os cafés verdes que são colhidos posteriormente assim que estiverem maduros também. Esse tipo de trabalho não é conseguido através do uso de máquinas e nem com o outro modo de colheita através da mão-de-obra humana, conhecido por *derriza*, que diferente da colheita seletiva, colhe todos os grãos de uma só vez, tanto os verdes, os maduros e os que já estão passados. Dentre as formas de colher, a forma seletiva é a mais trabalhosa, menos eficaz quantitativamente, contudo, resulta em melhor qualidade.

O dono dessa fazenda é o “patrão”, que não aparece fisicamente no filme, e tem no capataz Ignacio (Justo Lorenzo) seu representante. Maria (María Mercedes Croy) e seus pais, Juana (Maria Telon) e Manuel (Manuel Antún), moram em uma casa pertencente ao patrão e trabalham para ele durante a produção de café. Porém com o final da colheita e a impossibilidade de se cultivar milho, devido a presença de cobras que infestam o lugar da plantação, não terão mais trabalho e assim serão

⁵ Variedades da mesma espécie de planta, no caso da Guatemala, são variedades do *Coffea arábica*.

⁶ Sabores e aromas que apresentam características do solo onde é cultivado.

⁷ Principal competição de café e leilão em todo o mundo.

obrigados a deixar a fazenda, o que tentam evitar com o casamento arranjado entre Maria e Ignácio. Ignácio promete garantir a permanência na casa assim como o trabalho na fazenda para a família de Maria em troca do casamento. Contudo Maria não deseja esse casamento e dele tenta escapar, criando uma odisséia para a personagem, que luta contra tudo que tentam lhe impor um destino.

Jayro Bustamante conta em algumas das diversas entrevistas que concedeu que a história foi baseada nos relatos da própria Maria para a mãe do diretor que lhe contou posteriormente. No entanto, Jayro enfatiza que sete a cada dez mulheres que participaram do *casting* diziam que conheciam alguém que tenha vivido história semelhante, de matrimônio forçado, sendo o drama de Maria recorrente em toda aquela cultura. Quanto a este fato trata-se de Maria, como protagonista nesta narrativa, nos conduzir às questões de interesse neste trabalho quanto a exploração do agronegócio e suas consequências. Pelas mãos de Maria nos remetemos a Gayle Rubin (1993) que nos traz contribuição original na direção de desnaturalizarmos as relações de poder em “*O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo* considerando a análise da realidade social traçada por Marx, Freud e Lévi-Strauss. Em Marx, aponta a autora, que o marxismo, cuja teoria recaiu na opressão de classe, de certa forma não se ocupou da questão do sexo uma vez que no mundo social, os seres humanos são trabalhadores, camponeses ou capitalistas. Quanto aos demais pensadores a autora reconhece na sua contribuição “uma profunda consciência do lugar ocupado pela sexualidade na sociedade” que, no entanto, carece de uma crítica mais consistente de tal experiência. Trata-se de apurarmos o olhar para percebermos o aparato social sistemático que faz das mulheres matérias-primas no contexto de determinadas relações sociais na medida em que as posicionam de tal modo a se tornarem não mais do que moedas de troca em termos de vantagens financeiras e/ou sexuais, de consumo, de dinheiro... etc. Neste sentido, ainda que distante de nossas atenções e primeiros interesses neste trabalho, ressaltamos aqui que a imposição do matrimônio no drama de Maria no filme, em toda sua singularidade, e corroborado pelas demais mulheres participantes do *casting*, resulta em mais um tipo de descrição, interessante por sua vez, da área da sexualidade na vida social das mulheres, em geral pouco visível em análises de trocas econômicas e simbólicas. Em consonância com esta realidade da vida privada das mesmas, retratada pelo arranjo familiar do matrimônio e diretamente ligada a este evento no retratado no

filme, Jayro recria a relação precária que vivem os trabalhadores rurais, sem os direitos básicos que garantam a eles uma vida digna e a possibilidade de escolha de seu próprio destino. Estão sempre no limite da pobreza, abandonados pelas políticas públicas, ainda que brevemente presente nas imagens dos profissionais da assistência social incapazes de ver e/ou intervir, e submetidos à lógica do mercado neoliberal capitalista manifestado a partir do agronegócio e das empresas agroexportadoras.

Como observamos em *As três ecologias de Guattari* (1993) os objetivos da produção de bens materiais e imateriais necessitam de reorientação, sob risco de resultarem em dramáticos impasses como retratado no filme, e em uma ação nos atentando para além das forças invisíveis em larga escala, aos domínios da sensibilidade, da subjetividade e do desejo. Como indicaremos posteriormente, estes últimos a depender de como são conduzidos destinam-se à servidão. O filme se passa na Guatemala, mas poderia muito bem ser o Brasil, um país reconhecidamente com elevados índices de desigualdades sociais, ou outros países considerados do terceiro mundo como, também, nos países do chamado primeiro mundo que possuem nos seus interiores grandes zonas de miséria e exploração, onde poderíamos aqui incluir a dimensão da subjetividade e da sexualidade. Tendo em vista tais proposições compreendemos que Ixcanul explora mais que os problemas de uma região específica, de um povo específico, mas do tempo em que vivemos. Desta forma que a história de Ixcanul se universaliza.

3.1 O filme e os métodos da análise fílmica

Ixcanul é o nome pelo qual a etnia Kaqchikel chama o vulcão, mas também é a metáfora presente durante todo o filme. Em Kaqchikel Ixcanul significa “a força dentro da montanha que ferve e busca como sair”. Essa é a mesma força que habita Maria, que busca como sair da lógica que lhe é imposta. Maria é filha de Juana e Manuel, pertencentes a etnia Kaqchikel e que, como outros tantos da sua comunidade, trabalham em lavouras, no caso, de café. Não possuem casa própria e depende de ter trabalho para que possam habitar a casa localizada na propriedade onde trabalham. Com o fim da colheita do café e com a impossibilidade de se cultivar milho não terão mais trabalho e vão ter que deixar a casa onde vivem. Para que esse infortúnio não aconteça, os pais de Maria aceitam a oferta de Ignácio,

capataz e funcionário mais íntimo do patrão, de concederem Maria em matrimônio com Ignácio para que possam manter a casa e o emprego. Matrimônio que vai contra os desejos de Maria.

O enredo se desenrola com Maria buscando modos não só de evitar esse casamento como deixar o lugar onde vive. Para isso pede a Pepe, garoto com quem se relaciona escondida e que está disposto a migrar ilegalmente para os Estados Unidos, para que a leve junto quando ele for, pedido ao que Pepe exige que Maria transe com ele como condição para que ele a leve. Mas mesmo com o sexo Pepe vai sem Maria, que se descobre grávida. Grávida Ignácio não aceitará casar-se com ela, destruindo os planos de seus pais. Juana submete a Maria a tentativas de aborto sem sucesso e quando Ignácio descobre a gravidez exige que deixem a casa onde moram. Como última tentativa para que seus pais mantenham o emprego e a casa e Maria acreditando ser capaz de espantar as cobras que infestam a terra onde poderiam produzir milho, ela caminha por entre as cobras e acaba sendo picada.

Levada às pressas para o hospital da cidade com auxílio de Ignácio, único falante espanhol, ele relata que ela perdeu a criança. Fazem o funeral, mas Maria sem acreditar que o bebê estava morto, desenterra o caixão e encontra apenas um tijolo. Outra vez voltam a cidade, agora para delegacia, e Ignácio novamente traduzindo as conversas, omite que compactuou com a venda do recém-nascido e evita que abram uma investigação, sendo ele um dos principais suspeitos. Voltam para suas casas e Manuel acorda com Ignácio novamente o casamento desse com Maria. O filme termina com Maria sendo vestida como noiva por sua mãe.

Faremos a análise fílmica assim como o método descrito por Seabra (2014), que evidencia a importância que o filme “assume-se como memória do tempo que, através da forma como percebe o seu objeto, temporalmente passado ou contemporâneo, exhibe no seu lastro mais profundo e normalmente não denotado, o pulsar da sociedade relativamente a si própria” (p. 34). Ixcanul tem esse aspecto de memória, não apenas por trabalhar com a história de Maria, mas por evidenciar a relação à qual estão expostas as etnias descendentes das civilizações Maya, que perderam o direito a suas terras para a exploração agroindustrial. Seabra conclui a citação afirmando que existe a partir desse olhar do cinema como memória um “significativo instrumento para aferir a evolução das consciências coletivas” (p. 34), o que nos dá margem para compreender que a história apresentada em Ixcanul é um

retrato das práticas contemporâneas e globalizadas, modificado apenas pela forma como atinge cada povo em cada região do globo.

Seabra (2014) também afirma a necessidade de uma cautela pois as imagens são selecionadas e montadas em sequência de modo cuidadoso para poder elaborar um relato, dessa forma, não sendo, o que se vê na tela, os fatos em si e nem sequer como eles foram vividos. O filme é, pois, uma história construída para que consiga seu efeito cinema no público, utilizando de símbolos diegéticos tanto a partir da banda imagética como da banda sonora. Assim como demonstra Seabra:

[...] apesar de este texto se centrar exclusivamente nos procedimentos de análise fílmica qualquer investigação na área não se deve confinar apenas ao próprio filme, mas também as outras informações contextuais, nomeadamente elementos que permitam situar melhor o filme, quer na época que é produzido, quer no tempo da história para que eventualmente remete. Qualquer análise sobre uma obra cinematográfica apenas fica completa depois de situada no seu universo global, coligindo elementos que ajudem a compreendê-la melhor de diferentes pontos de vista, quer eles sejam econômicos, estéticos, históricos, culturais ou sociais, desde que sejam pertinentes relativamente ao objeto sob escuta. (2014, p. 58)

O filme é, então, observado a partir da sua estrutura narrativa, destacando os elementos pertinentes ao objeto de estudo, eliminando as unidades que não contribuem diretamente para o estudo. E desta forma que, ainda seguindo o método descrito por Seabra, fazemos um recorte do filme a partir de três unidades: o plano, a cena e a sequência. Esse recorte nos permite aprofundar em elementos específicos do filme e criar um instrumento de acesso e manuseamento a estrutura narrativa. (SEABRA, 2014, p. 69)

O plano constitui a mínima unidade aparente no filme, é o momento entre dois cortes, identificável através da mudança de enquadramento. (SEABRA, 2014, p. 70) A cena é constituída de uma ação contínua e de planos sucessivos que demonstra uma ação unitária. (SEABRA, 2014, p. 72) E por fim a sequência, o maior elemento dentre os três, que “tem por função fornecer uma visão global sobre a narrativa, enunciando os grandes temas que a constituem” (SEABRA, 2014, p. 78), constituída de diversas cenas com afinidades diegéticas. Unidos desses instrumentos podemos percorrer toda a estrutura narrativa separando os elementos diegéticos pertinentes ao nosso objeto de estudo, tornando acessível com certa facilidade ao leitor o resgate as informações selecionadas no filme.

O filme se divide em quatro sequências, sendo a primeira compostas pelas primeiras cenas e também as últimas cenas do filme. Nessa primeira sequência a

câmera foca o rosto da personagem principal, Maria, sentada com um olhar que mira abaixo da câmera. A cena 1 é composta por três planos, no primeiro Maria se encontra sozinha, o segundo plano é uma tela preta onde aparece o nome do filme, e o terceiro plano volta para Maria só que agora traz sua mãe, Juana, vestindo e maquiando Maria, que permanece imóvel. Já a última cena do filme, que retoma a sequência, apresenta o final dessa preparação, Maria continua a manter sua passividade e um olhar profundo que mira apenas a si própria e seus pensamentos. Eis que Juana termina sua preparação, cobrindo o rosto de Maria com um véu, fadada a se casar.

Essa cena é gravada a partir de um enquadramento de grande plano, técnica que permite uma aproximação do espectador com a personagem e demonstra a melancolia em que se encontra Maria, ao fundo podemos observar o ambiente, o interior de sua casa. É uma casa de madeira mal construída, apresentando frestas por onde invadem a luz exterior. Essa cena é marcada por um silêncio profundo, nada a se dizer sobre uma luta perdida. Mas que luta é essa que foi perdida? O filme da sequência como se invadissem a memória de Maria e reconta o seu período desde os dias anteriores ao almoço para acertar o casamento arranjado que definiu o seu destino e toda sua luta em vão para poder construir sua própria história.

As outras três sequências que formam o filme apresentam, a partir da memória de Maria, tudo o que se passou no período crucial que se inicia com a preparação do almoço onde seria firmado o acordo de seu casamento, entre a sua família e a de Ignácio. O filme é composto de poucos planos, relativamente, são 134 ao total, apresentando de forma lenta toda a história. O silêncio tem uma presença forte no filme, que também não possui banda sonora exterior (músicas), os sons são do ambiente, principalmente do vulcão, mas também dos diversos animais que aparecem no filme. O modo silencioso do filme reflete o silêncio de Maria que com poucas falas demonstra a falta de voz e de domínio sobre a sua vida e seu destino. Importante ressaltar que o diretor utiliza bastante do plano psicológico a partir de Maria, apresentando o seu olhar sobre as condições de vida sua, de sua família e da sua etnia frente as forças que estão submetidos.

Ixcánul estreou em 2015 e apenas assistindo o filme fica difícil de datar em qual época se passa a história. São poucos os elementos tecnológicos que poderiam nos dar uma ideia e por retratar uma população pobre e isolada poucas dicas existem quanto à época que acontece. Jayro conta que a história que inspirou

o filme foi ouvida por sua mãe no meado da década de 1980, no entanto Manuel faz referência ao uso de celulares pelos capatazes, não existente antes de 1990. Também, já nos momentos finais do filme aparecem carros com designer modernos, apresentando um tempo próximo aos da época que o filme fora produzido. Ao utilizar desses recursos, o diretor consegue denunciar a pobreza como um fato que percorre décadas sem que seja resolvida, mas além disso, a forma como o mercado a explora.

3.2 Trabalho análogo ao escravo nas lavouras cafeeiras de Ixcanul e no Brasil

No Brasil o custo da colheita é reduzido a partir do uso de máquinas agrícolas, colheitadeiras, e quando se utiliza mão-de-obra humana a derriça é a opção de menor custo. Ao nos voltarmos para a história do filme, percebemos que os trabalhadores não são tão bem remunerados podendo classificar o regime de trabalho como ligado a situação análoga à escravidão, evidenciado pelas condições precárias de moradia da família de Maria e pela ameaça feita por Ignácio a Juanito (Juan Chávez Pío), um dos trabalhadores das terras, ao não pagá-lo dizendo que estava em dívida com o patrão pelos gastos no bar e que o mesmo deveria voltar a trabalhar na próxima colheita para quitar o resto da dívida.

O trabalhador adquire uma dívida com o patrão, não apenas tendo que trabalhar para pagá-la, mas trabalhar para o credor. No caso de Juanito é sobre sua dívida com o bar, mas esse modelo é intrínseco ao capitalismo contemporâneo, o que Deleuze (1992) denomina de sociedade de controle, posterior a sociedade disciplinar, onde não mais se confina o homem, mas o governa a partir do autocontrole, da submissão às regras e ao endividamento financeiro e sujeição social, o que inclui na descrição em tela o arranjo matrimonial pelo pai de Maria visando o próprio sustento. Deleuze (1992) também demonstra a guinada do capitalismo junto a essa mudança da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, onde a indústria dá lugar para a empresa. A produção é relegada ao terceiro mundo sendo o objetivo do capitalismo dessa sociedade de controle não mais a produção industrial ou agrária, mas a comercialização dos produtos, a oferta de serviços e o mercado de capitais e o fluxo do mercado de ações (DELEUZE, 1992, p. 224).

Recentemente no Brasil foram denunciadas algumas lavouras onde se mantinham os trabalhadores no regime de trabalho análogo a escravidão. No início de agosto de 2018 uma notícia relatava a existência de duas fazendas de café no interior de Minas Gerais que utilizavam força neste regime. É importante notar que em uma dessas fazendas havia diversos selos de qualidade de órgãos internacionais, um deles ligado à rede Starbucks, a maior franquia de café do mundo. A existência desses selos eleva o valor agregado ao café, mas tanto no relato do filme quanto da notícia, as condições de trabalho não condizem com o valor que o café possui. Segundo a notícia:

O flagrante de trabalho escravo evidencia falhas nos processos de certificação do café. "Não é a primeira, a segunda e não vai ser a última vez que uma fazenda certificada é denunciada na prática de trabalho escravo e violação de direitos trabalhistas", afirma Jorge Ferreira dos Santos, coordenador da Articulação dos Empregadores Rurais de Minas Gerais (Adere-MG), que acompanhou as fiscalizações. Para ele, o sistema de certificações é frágil, pouco transparente e atende a fins econômicos, sem "levar em consideração a visão e a realidade dos trabalhadores" (PENHA, 2108)

Existe uma discrepância entre o valor do café e as condições de vida dos trabalhadores. Se de um lado o café é a bebida mais consumida no mundo, atingindo qualidade e preços elevados, do outro existe uma lógica econômica e de mercado que torna precárias as vidas dos trabalhadores e trazendo lucro apenas aos empresários que cuidam das exportações e comercialização. No filme podemos ver essa esta lógica a partir do patrão, que, de fato, nunca está presente fisicamente no filme e nem se sabe qual o seu nome. Ele representa esse modelo atual do capitalismo que se serve do agronegócio. Produz sujeitos com dívidas e que para ele deve se manter constantemente trabalhando a fim de quitá-las. O destino de Maria também é uma forma de se pagar a dívida, uma dívida posterior, para que possam manter a casa e o trabalho. Enquanto Maria é oferecida como noiva a Ignácio, eles terão direito a esses "privilégios".

3.3 Aldeias do agronegócio

Outro ponto a se notar no filme é a forma como a inclusão da lógica do agronegócio modifica a forma de vida dos habitantes daquela região. As cidades do agronegócio (ELIAS, 2006) traduzem uma fragmentação do espaço agrícola junto da incrementação de um espaço urbano agrícola. Esse conceito acompanha o modo

como as cidades (e o campo) se reestruturam a partir dos avanços tecnológicos incrementados na nova forma de se fazer a agricultura, ocasionados pelo avanço do capitalismo no campo (SANTOS, 1993). São cidades com forte presença da agricultura, mas que diferente dos modos antigos, os trabalhadores agrícolas já não se localizam mais no campo, mas nas regiões urbanas, ao mesmo tempo que empresas ligadas a produção agrícola constroem seus estabelecimentos nas cidades, aquecendo o mercado imobiliário e introduzindo suas novas tecnologias na produção agrícola modificando os modos do saber fazer tradicionais e os alimentos que são produzidos majoritariamente. Modificam as regiões agrícolas e regiões urbanas transformando a geografia local refletindo tanto no consumo das famílias como no consumo produtivo (SANTOS, 1993).

É a partir da nova relação estabelecida com a produção agrícola que as cidades do agronegócio surgem. O modelo capitalista exige que se produza em maiores quantidades, ao mesmo tempo que se reduzam os custos da produção (ELIAS, 2006). Novos métodos técnicos-científicos são inventados proporcionando maior facilidade de cobrir extensas áreas com a produção, o que é feito majoritariamente com um único tipo de cultivo. Áreas que antes eram ocupadas por múltiplas famílias são adquiridas e incorporadas por grandes latifúndios ocasionando o êxodo rural para essas novas configurações de cidade, dividindo espaços com as grandes empresas agrícolas que também ocupam as cidades em busca de cobrirem uma “demanda” pelos seus produtos, que vão de máquinas a insumos, assim como de conhecimento técnico de especialistas (PEREIRA, 2014). As cidades se (re)estruturam, por um lado, a partir dos novos modos de configuração sociocultural do espaço, e do outro lado, pela fomento do mercado imobiliário, que cresce a partir da demanda das empresas que chegam a cidade, ocasionando o crescimento de desigualdades socioespaciais (ELIAS e PEQUENO, 2015). Se na perspectiva dos autores existe um êxodo rural observado no Brasil, em Ixcanul esse êxodo não acontece, mesmo com os habitantes perdendo seus direitos a terra. Eles reconfiguram os modos de viver ali mesmo, naquela região, pois existe um medo da cidade, um medo de ir além do vulcão. Esse medo é relatado por Manuel durante a cena onde acontece o almoço.

Tal como o agronegócio modifica e (re)estrutura as cidades e o campo no Brasil, como observado anteriormente, ele também tem efeito em outros países. Em Ixcanul podemos observar os efeitos do agronegócio, não mais sobre as cidades,

mas do território onde habitam populações da etnia Kaqchikel e que formam uma aldeia/comunidade. São povos que habitam a encosta do vulcão, e o país como um todo, desde antes da chegada dos europeus, que, como também aconteceu no Brasil, trouxeram novos sentidos para a terra a partir da ideia de propriedade. Se nas cosmologias dos povos originários as pessoas pertencem à terra, a lógica europeia dizia que a terra pertence às pessoas. Essa lógica se arrasta até o contexto do filme, onde retrata essa etnia vivendo na mesma terra, mas sem poderem pertencerem a ela, já que ela é propriedade do “patrão”, e também não praticam o êxodo rural como verificado no Brasil, existe neles um medo de ir além do vulcão, à cidade, como declarado por Juana em dois momentos do filme: 1- no plano 50 quando pergunta a Ignácio se ele não tem medo de ir para a cidade e; 2 – no plano 70 quando responde a pergunta de Maria sobre o que existe além do vulcão, dizendo apenas que é frio.

O agronegócio submete a aldeia/comunidade às transformações que o modo capitalista de produção agrícola os impõe. Partimos dessa perspectiva das cidades do agronegócio e da dialética entre o local e o global para construção desta análise fílmica, já que são nítidas as interferências da produção agrícola na configuração do espaço retratado no filme. Consideramos a inserção do agronegócio como uma nova colonização das terras e da população étnica Kaqchikel. Se aquela população localizada na Guatemala já fora colonizada pelo imperialismo espanhol, hoje é sob as perspectivas do agronegócio e do mercado que estão submetidos, sendo mais que uma colonização do espaço e dos corpos, uma colonização das subjetividades, implicando a produção de novas subjetividades a partir do interesse capital.

3.4 A relação entre o trabalhador rural e o pequeno produtor

Considerando a relação empregado/patrão apresentada no filme propomos pensar a abrangência de tais relações em termos globais. Essa relação vai além dessa simples distinção dos sujeitos. Se por um lado observamos que existe uma separação em funções sociais entre o trabalhador, o capataz, o patrão, a mulher, o homem, também operam elementos a-significantes que governam toda aquela lógica de produção, formas que Deleuze e Guattari conceituam de sujeição social e servidão maquínica (1997). A sujeição social se liga às estruturas linguísticas ou semióticas significantes, tornando o sujeito um indivíduo que exerce uma representação social a partir da sua idade, sexo, função, etc. Já a servidão

maquínica utiliza de semiólicas a-significantes, que estão fora dessa estrutura linguística, transforma o sujeito em “divíduo”, sendo apenas um dado, uma engrenagem passível de ser trocada por outra. A família de Maria, está submetida a essas duas formas de controle. Não só a família da Maria, já que é no encontro entre a sujeição e a servidão que o capitalismo contemporâneo opera. Se por um lado as funções de cada personagem/pessoa estão delimitadas, a função da mulher, do empregado, do capataz, por outro - nesse ponto a figura do patrão se torna mais emblemática devido a sua existência oculta ou inexistência “visível” – quem governa todo aquele espaço não é apenas o patrão, mas a lógica do mercado a partir da bolsa de valores. Dessa forma também vemos esses modelos de sujeição social e servidão maquínica modularem não só na relação empregado patrão, mas também os pequenos produtores, que podem ser considerados “autônomos”.

O capitalismo se manifesta a partir dessa lógica do agronegócio tal como apresentada no filme, onde existe um patrão, as vezes invisível, que é dono das terras, das plantas e dos investimentos. E existem o pequeno e médio produtor, que possuem poucos empregados ou as vezes nenhum, sendo grande parte das vezes baseado em uma agricultura familiar que contrata os serviços conforme a necessidade. Com a ampliação da globalização e do mercado neoliberal, esses pequenos produtores também se tornam participantes do modelo de agronegócio (mesmo que em grande parte das vezes parecem não ter escolhas sobre essa participação). Por mais que apareçam como trabalhadores autônomos, as regras de mercado interferem diretamente nos bens produzidos por eles. Isso acontece, pois, o agronegócio é capaz de aumentar consideravelmente a quantidade de bens produzidos através da utilização de avançadas tecnologias conseguindo reduzir consideravelmente os custos da produção. E o funcionamento da bolsa de valores ligada as commodities, assim como se estabeleceu a troca nos primórdios do dinheiro (FOUCAULT, 1999), infere que quanto mais bens estiverem disponíveis, menor torna-se o seu valor.

Convidamos o leitor a seguir um raciocínio em um exemplo hipotético: se temos um produtor que consegue produzir 100 sacas de café ao custo de R\$373 e a cotação do valor do café estiver em R\$423,00 quer dizer que o produtor consegue uma margem lucrativa de R\$50,00 que ao multiplicar pelas 100 sacas dará um lucro de R\$5mil anual. Mas ao observarmos um produtor do agronegócio que consegue produzir cem vezes mais sacas e reduzir o custo de produção em 32% conseguirá

uma margem de lucro de R\$170 por saca, ou R\$1,7 milhões anual. As quantidades de café produzida foram apenas exemplos, mas os dados do valor de produção foram retirados de um balanço do Conselho Nacional do Café (CNC) (BRASILEIRO, 2014). Já o valor de venda é o preço pago pela Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé LTDA (Cooxupé) (Notícias Agrícolas, 2018).

Vemos que um grande produtor consegue uma margem de lucro muito maior em relação ao pequeno produtor, e ainda assim produz em maiores quantidades. Utilizamos este exemplo pois, já que a cotação do café depende da quantidade do grão existente, tanto na safra atual quanto em estoque, quanto mais se produz menor é o seu valor, o que afeta diretamente os pequenos produtores que não conseguem reduzir os custos como conseguem os grandes produtores. Segue-se a mesma lógica do mercado neoliberal em geral que quando aplicada a agricultura se torna o agronegócio.

Respeitando as proporcionalidades, a lógica do agronegócio gera um impacto nocivo que afeta tanto os trabalhadores rurais, como é o caso apresentado pelo filme, quanto os pequenos produtores. O pequeno produtor por muitas vezes leva uma vida de trabalho exaustivo, também possui habitações bastante simples com pouco ou nenhum saneamento, alguns casos também não possuindo energia elétrica ou acesso a água potável. Claro que difere muito da lógica apresentada no filme, que retrata situações análogas à escravidão, mas o agronegócio faz de todos, produtores e trabalhadores rurais, excetuando o “patrão” - já que o patrão é o próprio agronegócio – possíveis reféns que, ou seguem a mesma lógica ou são massacrados por ela.

Propomos que o filme *Ixcanul* apresenta a situação à qual alguns setores da agricultura estão submetidos nos tempos atuais, estando inevitavelmente sujeita ao mercado neoliberal. O filme conta com a existência de símbolos de toda a relação que a lógica do agronegócio produz em todo o campo da agricultura, sendo somente o “patrão” e os que a ele se aliam que conseguem sobreviver e conquistar seus privilégios. É sobre quem sabe falar essa língua, e mais do que isso, sobre quem pode falá-la.

3.5 Precarização do modo de viver e da casa dos trabalhadores

Fazemos aqui uma reflexão sobre a estrutura da moradia que habitam. Se observarmos que se trata de uma etnia indígena as condições em que vivem

poderiam ser relevadas, já que ter uma casa com estrutura simples, sem energia elétrica ou saneamento básico pudesse ser um aspecto cultural. Porém, o que o filme apresenta não é uma etnia dona do seu próprio modo de vida, mas gerida pelo patrão e pelo trabalho na lavoura. É desse outro ponto de vista que podemos avaliar a precariedade na qual vivem. O que verificamos nesse caso é a presença do agronegócio transfigurando os modos de viver e de habitar, mesmo sem interferir na estrutura física das habitações, ele modifica a forma como passam a se organizar como comunidade. As terras já não pertencem mais a população e não habitam a mesma região, habitando casas afastadas umas das outras. Além disso, a nova configuração que o agronegócio trás para a região os submete a uma precariedade não só das suas habitações, com o trabalho e na vida.

No plano 84 aparecem o exterior da casa em que vive a família de Maria e as construções a sua volta, ao fundo árvores e o vulcão. Existe uma construção ligada a cultura, uma tenda *temaskal*, utilizada para a cura e para a saúde, dentre outros usos. Mas o que desejamos apontar é a forma como se confunde a construção do chiqueiro, do galinheiro e da casa que habitam. Todos construídos com madeira têm estruturas semelhantes e precárias, com pedaços de pano e plástico utilizados como uma gambiarra. Parecem possuir o mesmo sentido de uso, não precisando ser bem construído, já que quem irá habitar são os animais e os trabalhadores, mas que não são nem homens e nem animais, alienados da sua liberdade natural (CLASTRES, 2004). Não precisam dar a eles luxo ou condições mínimas de dignidade. Não existe cama para dormirem, a casa tem apenas um cômodo. Como constata um assistente social que visita a casa deles nos planos 119 e 120, não existe acesso a água potável e energia elétrica, ambiente semelhante aos descritos nas reportagens sobre trabalho análogo a escravidão nas fazendas de produção de café de Minas Gerais:

Na maioria dos alojamentos não há água encanada e, em alguns casos, sequer havia camas ou vasos sanitários. Nos relatos, os trabalhadores descrevem a situação como se estivessem “morando em um curral”, sem qualquer condição de higiene, em estruturas precárias que não dão conta de atender necessidades básicas de sobrevivência digna. (CONNECTAS, 2018)

A relação com o trabalho também é precária. O plano 88 apresenta Ignácio realizando o pagamento para os trabalhadores que estão organizados em uma fila, ao chegar a vez de Juanito, Ignácio o adverte que ficará sem pagamento pois contraiu uma dívida no bar maior que o que receberia e será obrigado, inclusive, a trabalhar na próxima colheita a fim de pagá-la, sob a ameaça do patrão ir atrás dele

se não o fizer. Não dá para se ter a ideia de quanto recebiam os trabalhadores ou de quanto era a dívida, mas, pelo menos no caso brasileiro, o trabalho forçado para o pagamento de uma dívida é considerado análogo a escravidão também.

Na cena 3 entre os planos 32 ao 50 a família de Maria se reúne com a família de Ignácio por causa dessa casa e desse trabalho que a família de Maria deseja manter. Durante a reunião consolidam o acordo pelo casamento. Demonstrando preocupação sobre sua filha Juana pergunta se Maria terá tudo o que precisa nesse casamento, ao que Ignácio responde que eles manterão a casa e o trabalho, e pergunta sobre o que mais poderia precisar. São esses os padrões imposto a eles, os privilégios que conseguem alcançar, lutando por manter uma vida nessas condições e entregando tudo que tem, e Maria é a moeda de troca, para isso. Se no exemplo do filme e os citados das notícias se vai ao extremo da dominação dos corpos e das vidas, alguns autores, dentre eles Deleuze e Guattari, apontam que são os artifícios da sociedade do controle que através da sujeição social e da servidão maquínica, produz uma subjetividade de aceitação a essas condições.

No entanto, se referem a essas situações como análogas a escravidão, já que não se pode mais escravizar com amparo da lei. Bob Marley diz em *Concret Jungle* “mesmo sem correntes nos pés, eu não estou livre”⁸ (MARLEY, 1973). E, mesmo sem existir a escravidão ainda não existe a liberdade, é um modelo de servidão, que não é mais imposta que voluntária. Se seguirmos o raciocínio de Boétie (1987) sobre a servidão voluntária temos, que os desejos são conduzidos a apontar para essa servidão como se fosse a melhor escolha que pudessemos fazer. Mas é isso que encontramos no caso da família de Maria e dos outros trabalhadores, tanto os presentes no filme como os resgatados das fazendas? O que lhe são reservados além de servir? A discussão sobre a servidão voluntária se remete ao Estado, mas o que há de novo no filme ou nos casos noticiados é que o Estado não está presente. No filme, Pepe está disposto a não servir mais (pelo menos naquele lugar e àquela situação), deseja ir aos Estados Unidos buscar uma melhor situação de vida. Pode ser que lá encontre a mesma situação, porém ganhar em dólares e ter uma melhor condição de vida o encanta mais. Nos planos 81 e 82 Pepe parece questionar exatamente sobre a servidão voluntária. Pergunta a Manuel sobre o porquê de ele

⁸ “No chains around my feet, but I'm not free.” - Tradução nossa.

defender o patrão. Essa pergunta jamais foi respondida, mas podemos refletir sobre ela.

Para Deleuze e Guattari (1997) a servidão não é mais voluntária do que forçada, ela se encontra o aspecto de servidão maquínica que junto à sujeição social constroem o plano onde o capitalismo atual opera. O patrão é o mercado, o agronegócio, as multinacionais. Nos casos noticiados grandes empresas multinacionais estavam entre as compradoras do café produzido nas fazendas onde os trabalhadores foram encontrados em situação análoga a escravidão. Nestlé, McDonald's e Starbucks, presentes em todo o mundo e possivelmente compram cafés produzidos na Guatemala também.

Deleuze e Guattari (1997) distinguem servidão maquínica e sujeição social apontando que:

Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e a direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito que se reporta a um objeto tornado exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário..., ele é sujeitado à máquina, e não mais submetido pela máquina. (p. 156)

Tanto a sujeição social quanto a servidão maquínica estão presentes no filme. Elas se manifestam nas relações dos sujeitos em seus postos de trabalho, mas, que também, prolongam para as relações além do trabalho, controlando as vidas. Deleuze e Guattari assinalam que o exercício de poder moderno já não se faz mais através da repressão e da ideologia, mas implicam:

[...] processos de normalização, de modulação, de modelização, de informação, que se apoiam na linguagem, na percepção, no desejo, no movimento etc., e que passam por micro-agenciamentos. [...] conjunto que comporta ao mesmo tempo a sujeição e a servidão, levadas aos extremos, como duas partes simultâneas que não param de se reforçar e de se nutrir uma à outra. (1997, p. 158)

Apresentamos os conceitos de servidão maquínica e de sujeição social, pois desejamos criar uma interface com os pequenos produtores brasileiros e a história do filme. Podemos observar a servidão e a sujeição onde o produtor é dono da sua terra e da sua produção. Relação diferente da que se encontra a família de Maria. O que observamos na relação do pequeno produtor, ao menos no caso da produção cafeeira no Brasil, é que o preço do café é regulado por um agente exterior, que nunca está presente, mas que, de certa forma, regula toda a produção, já que ao ter

o preço regulado o produtor deve buscar produzir gastando o mínimo que puder para que consiga ampliar seu lucro. Esse é o valor mínimo, ainda pode-se negociar com o comprador final, o que irá beneficiar o produto para venda no varejo, e conseguir um negócio melhor, o que é feito por muitos produtores que conseguem ter acesso a eles. Para tanto é preciso ter acesso a uma certa “linguagem” do comércio, um certo conhecimento sobre esses assuntos. Como a maioria dos produtores não consegue ter acesso a esses compradores eles deixam nas mãos de corretores que compram ao preço determinado e retirando lucro pela revenda.

O termo linguagem é escolhido propositalmente, já que existe todo um universo de signos de troca no mercado (FOUCAULT, 1999). Os primeiros mercantilistas já conheciam e usavam a seu favor. Habitavam os dois mundos, ou milhares deles, onde se comprava barato e onde se vendia mais caro. Eles detinham o poder sobre essa linguagem. Contudo as práticas mercantilistas parecem diferenciar-se da lógica atual pelo fato de que, o valor não era imposto, mas negociado. Atualmente o valor é imposto e torna o produtor refém deste, por não saber as linguagens do mercado ou por não ter acesso a elas.

Observando os planos a partir do 32 até o 50, que compõe o almoço que negocia o matrimônio entre Maria e Ignácio, a organização da mesa se dá da seguinte forma: em uma das pontas está Ignácio, que é quem faz a proposta, determina o “valor” e diz poucas palavras. A negociação acontece no meio, entre as famílias e para Maria, sentada no lado oposto à Ignácio, está reservado apenas o direito de consentir e aceitar as condições que lhe foram impostas. Quando a família de Ignácio quer saber se Maria realmente quer se casar, seus pais afirmam que sim e todos olham para ela esperando a resposta, a única que Maria poderia dar, pois a ela cabe apenas aceitar, o que faz em silêncio. Podemos observar na constituição da mesa e da relação de negociação que fora criada ali uma semelhança com a forma como o mercado opera no caso de produtos como o café: onde as condições são definidas anteriormente, cabe apenas a aceitação das mesmas.

3.6 Considerações finais

Nos planos do 11 ao 14, Juana leva Maria ao vulcão para que façam uma oferenda. Juana reza pela casa, pelo trabalho e pelo casamento da filha. Clama aos espíritos antepassados, relativos à sua cosmologia, e ao espírito santo, do

cristianismo, aos elementos e ao vulcão. Ela pede a todos que de certa forma acredita que governa suas vidas. O vulcão espiritual, a quem todos pedem para que não entre em erupção e destrua tudo, ao deus do cristianismo e ao mercado para que garanta o emprego e conseqüentemente a sua casa. Só não há espaço para ela considerar Maria, a protagonista da história, o vulcão instalado metaforicamente no seu corpo com sua descoberta da sexualidade (a cena de Maria na árvore experimentando prazer nos remete a certo treino e preparação para o que estaria por vir) e a força de seu desejo de fuga que tenta desviar o rumo natural da história, quase levando-a à morte. Dentre aqueles três entes a quem Juana credits poder, é o mercado que mais governa as suas relações já que toda a tentativa é vã. Ter trabalho ou não é o limite que define se terão casa ou o que comer. E na esperança e ausência de recursos para poderem manter a casa e o trabalho vão além da oferta ao vulcão, e oferecem Maria à Ignácio, ao capataz e representante do patrão.

Ixcánul nos ajuda a observar a sociedade construída em relação com o mercado neoliberal e a sociedade de consumo. Quando tomamos um café, uma simples xícara de café da Guatemala, uma história como a do filme pode estar por trás de cada gole. O universo que carrega cada elemento que consumimos pode ser fruto de um mercado exploratório, que nos tornam cúmplices. O que há para fazer? É preciso criar saídas múltiplas que possam possibilitar condições dignas de vida a todos os trabalhadores. Não é só nos produtos chineses que a escravidão e outras formas inadmissíveis de condições de trabalho estão presentes como comumente anunciados na mídia. A agricultura também se relaciona com essas questões, tornando-se mais perversa quanto mais sutil for a relação entre o explorador e o explorado.

Os pequenos produtores podem até ser donos de suas lavouras, trabalham por si, mas para o mercado, muitas vezes também cumprem jornadas excessivas, já que o trabalho na roça nunca acaba, vivem isolados da cidade, hoje talvez menos, mas olhavam a cidade como oportunidade ou com medo. Se encantavam ou se assustavam. Na atualidade, talvez a relação com a cidade esteja mais estreita em alguns lugares, mas ainda existe um abismo. A forma de falar, de se vestir, de se comportar, os costumes.

O vulcão que separa o vilarejo do mundo exterior não representa apenas uma separação física, existe um grande abismo social reforçado pela exclusão linguística e acesso aos bens produzidos. Vivem sem acesso a serviços básicos, não possuem luz elétrica, água potável, saneamento, as casas de madeira com frestas que não

garante o isolamento do frio, não possuem fogão. Vivem a omissão do Estado para garantir qualquer direito ou qualidade de vida, o que contribui para que a lógica do agronegócio, das grandes exportadoras, do mercado internacional atinja a população retratada no filme. As condições em que vivem, como apresentada no filme, figura como análoga à escravidão. Trabalham sem qualquer direito, o que os obriga a migrarem de fazenda em fazenda atrás de um emprego e de um lugar para morar e, assim, quando o trabalho acabar, são obrigados a partir atrás de outro trabalho.

O que torna interessante da análise fílmica de *Ixcanul* é, mas não só, pelo fato de ser baseado em uma história real, a de Maria, permitindo ao filme apresentar, por meio de uma narrativa que aponta uma singularidade, um recorte do modo como opera, em termos mais amplos, o agronegócio. Mesmo que o filme retrate uma população específica da Guatemala essa lógica do agronegócio é globalizada e podemos ver elementos muito parecidos com os explorados no filme em países do chamado terceiro mundo, como é o caso do Brasil. Há, claro, uma preocupação por manter as proporções já que não podemos afirmar que as condições retratadas no filme são exatamente iguais à nossa realidade nacional já que toda descrição apresenta um ponto de vista da realidade, e talvez nem possamos dizer equivalentes. O que é retratado no filme é uma enorme violência com as minorias étnicas do país, explorados desde a chegada dos colonizadores e que são excluídos em relação ao espaço, a língua, a etnia etc. São populações pobres, que, como no caso da família de Maria são compelidos a fazer qualquer acordo que possa lhes garantir um mínimo de privilégio: a casa e o trabalho, como Ignácio declara, o que mais precisaria? E é uma casa que não tem nada, se mistura com o galinheiro e com o chiqueiro, construídos com a mesma espécie de cuidado tratando-se de fruto de trabalho explorado. No caso de Juanito, este trabalha para pagar o patrão, e terá que trabalhar ainda mais porque está em dívida. Mas quando olhamos o preço do café no mercado internacional podemos facilmente constatar que não é nada equivalente a situação em que vivem os trabalhadores que o produz. A ausência do patrão demonstra o senhor que só recebe o dinheiro, os lucros. Mas esse patrão não precisa ser exatamente uma pessoa física, de modo mais perverso porque imperceptível, ele é a representação da lógica exploratória do mercado, e os trabalhadores não precisam ser apenas os empregados já que a mesma lógica que cria esse abismo social também atinge aos pequenos produtores.

Optamos por analisar o filme não apenas pela beleza plástica da locação e da iluminação, a boa condução do roteiro e da direção, o bom trabalho dos atores e as

qualidades técnicas do filme, que são muitas. O filme é, indiscutivelmente, uma obra prima do cinema guatemalteco. Mas o que nos chamou a atenção foi a dinâmica do jogo econômico, a invisibilidade das forças do mercado e a precariedade das relações de trabalho, ou seja, por trás de um filme belíssimo há uma realidade que teima em se manter atual nos países latinos e no Brasil, isso em pleno Século XXI. Parece que estamos todos à beira do vulcão.

3.7 Referências

BOÉTIE, L. A. E. D. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Escuta, 1987.

BRASILEIRO, S. **Custo médio de produção do café arábica é de R\$ 373,03 por saca no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.cncafe.com.br/site/interna.php?id=10080>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CLASTRES, P. Liberdade, Mau encontro, Inominável. In: _____ **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 153-171.

CONNECTAS, D. H. **Trabalho escravo em fazendas de café em MG é denunciado na OCDE**: Nestlé, McDonald's, Starbucks e mais três grandes empresas transnacionais são acusadas de falta de transparência e falhas no rastreamento da cadeia de produção, 2018. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/trabalho-escravo-cafe-minas-gerais-ocde>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: _____ **Conversações**: 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. [S.l.]: editora 34, 1992. p. 219-226.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. São Paulo: 34, v. 5, 1997.

DESJEUX, D. **O Consumo**: Abordagens em Ciências Sociais. Maceió: Edufal, 2011.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. X, n. 218 (3), p. 1-19, Agosto 2006.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **GEOgraphia** (UFF), v. 17, p. 10-35, 2015.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1993.

ICO. International Coffee Organization. **Total production by all exporting countries in thousand 60kg bags**, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.ico.org/prices/po-production.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MARLEY, B. **Concrete Jungle**. Kingston: Tuff Gong, Island Records, 1973.

NOTÍCIAS Agrícolas. **Café Arábica - Mercado Físico (Tipo 6 duro)**, 2018. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/cotacoes/cafe/cafe-arabica-mercado-fisico-tipo-6-duro>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

PENHA, D. **Fazenda com trabalho escravo tinha selo da Starbucks, que nega comprar café do local**, 2108. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/03/fazenda-de-cafe-certificada-pela-starbucks-e-flagrada-com-trabalho-escravo.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

PEREIRA, M. F. V. Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro. **Cuadernos de Geografía**: Revista Colombiana de Geografía, Bogotá, v. 23, n. 2, p. 239-254, jul-dic 2014.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a 'economia política' do sexo. Edição SOS Corpo. Recife, 1993.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SEABRA, J. H. S. **Cinema: tempo, memória, análise**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

FICHA TÉCNICA	
Título	Ixcanul (original)
Ano de produção	2015
Direção	Jayro Bustamante
Produtores	Jayro Bustamante, Inés Nofuentes, Marina Peralta, Pilar Peredo, Edgard Tenenbaum
Produção/ Distribuição	Tu vais voir e La casa de producción
Edição	César Dias
Montagem	Julien Cloquet
Parcerias	MR. FILMS y MR. MUSIC (Guatemala); KIPLER 22 (França); BLAST PRODUCTION (França)
Estreia	2015
Duração	90 minutos
Gênero	Drama
País de Origem	Guatemala, França
Localização do Filme	Guatemala
Linguagem	Kaqchikel, Espanhol

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma outra alimentação não pode ser pensada apenas como uma possibilidade, é uma necessidade para os tempos atuais. Nos resta aplicar as alternativas da produção, distribuição e consumo do alimento, modificar o sistema de ação para que se elimine, ou ao menos, minimize as crises que se instauram nos três registros ecológicos. O como fazer isso será questões para os meus trabalhos futuros seguindo o método de pesquisa-ação e participação observante com os grupos de pequenos produtores de café. Pesquisar modelos de produção e consumo de alimento que amenizem as crises, sejam capazes de propor o combate às desigualdades na cadeia de produção assim como possam nos fazer afirmar através da prática os benefícios e necessidade de uma outra alimentação. Somos todos corresponsáveis, de modo que o simples fato de escolher o alimento que vamos consumir, saber o processo em que ele foi produzido, afirmar através do consumo a forma como desejamos que eles impactem os três registros ecológicos, deve ser um ato cotidiano, de cidadania, político e de liberdade.

Não são formas, necessariamente, de boicote ou de *buycott* – intencionalidade de consumo às práticas que o sujeito apoia - mas de conscientização dos sistemas que produzem as nossas subjetividades e que limitam as ações para formas de ser na sociedade. O modo hegemônico em que se opera o consumo alimentar ecoa nas vozes de muitos dos trabalhadores rurais, que continuam repetindo um discurso único de se produzir alimentos, que não são práticas geracionais, já que seus pais faziam de formas diferentes, mas práticas que sustentam o mercado econômico capitalista que escoar, junto com o discurso, suas tecnologias de produção, seja ela maquinarias, biológicas, químicas ou transgenias. É um modelo de agricultura que beneficia apenas à grande indústria, levando a concentração de renda de poucos e produzindo grandes impactos nos registros ecológicos localizados, com maiores graus de afetação nas regiões de produção agrícola e seus arredores.

A época contemporânea é marcada pelo constante avanço tecnológico, assim como pelo consumo em excesso, que em conjunto resultam ao mesmo tempo em explorações cada vez mais intensivas dos recursos naturais, crescente índice de desemprego e devido a maior produção ligado a liberalização do comércio resulta no encolhimento dos preços recebido pelos produtores, levando muitos destes ao

êxodo rural por todo o mundo. Assim como Guattari (2014) afirma, é na articulação ético-política e estética dos três registros ecológicos, uma ecosofia, que está a saída para as crises que se instauram.

As discussões trazidas a partir dos dois artigos contribuíram nesse trabalho para lançar luz as prática hegemônicas de forma a compreender o que realmente está em jogo. Existe uma sobreposição dos valores econômicos acima dos valores ecológicos, lógica que permite as maiores atrocidades que corroboram para as crises das três ecologias.

Com o primeiro artigo objetivamos apresentar as dificuldades que se impõem aos modos de fazer que contraria a lógica hegemônica onde os sujeitos aparecem como fiéis seguidores e propagadores da prática e assim modificando tanto os territórios subjetivos quanto aos territórios físicos que compreendem o espaço agrícola, não necessariamente de maneira separada. Uma brincadeira é feita ao relacionar a passagem bíblica sobre as pragas do Egito à fala de um agricultor. Ao falar que as pragas iriam para nossa lavoura o conselho se mostra como uma ameaça, não do sujeito que a diz, mas de um “deus” capitalista que por se sentir desrespeitado por não seguirmos sua lógica nos puniria. Obviamente isso não é verdade, mas condiciona o modo de se fazer agricultura nos tempos atuais, uma lógica que se apresenta como mais efetiva e lucrativa e ao mesmo tempo menos trabalhosa, sem que suas consequências sejam tratadas de maneira relevante, ao ponto que a agricultura feita sem seguir essas diretrizes é bobagem e gera riscos econômicos, o único que aparentemente importa.

A discussão do segundo artigo segue os mesmos caminhos, problematizando a interferência dos modos hegemônicos capitalísticos e de mercado sobre o ambiente e as vidas. Apresentando a dinâmica do jogo econômico, a invisibilidade das forças do mercado e a precariedade das relações de trabalho ao qual estão sujeitos os trabalhadores rurais da América Latina. É mais um retrato sobre uma economia que é voltada para o lucro e que se apresenta como o topo hierárquico da cadeia de valor, acima dos valores humanos, sociais culturais e ambientais. Produzir riquezas justifica todas as atrocidades que possam existir na forma de produzi-las.

Enfim, o que procuramos nesse trabalho foi compreender os modos como se instauram uma alimentação hegemônica e seus impactos no ambiente, no *socius* e na subjetividade. As formas a-significantes pelos quais o modelo capitalista consegue moldar os territórios subjetivos assim como os físicos, transformando as

relações que nele acontecem, ao mesmo tempo que legitima as mais absurdas atrocidades , sejam elas lícitas, vindas de uma “simples concorrência” do mercado, seja elas ilícitas, seja com o trabalho escravo ou opressão e controle dos corpos, limitando as possibilidades de vida, onde as pessoas são coagidas a compactuarem e até mesmo apoiarem essas práticas que os oprimem por não lhes serem permitidas vislumbrar outras formas de viver. Acreditamos que a discussão constante da pergunta que move esse trabalho pode contribuir para ampliar a discussão no campo da Alimentação, Nutrição e Saúde, a fim de que não se esqueça a ligação existente tanto entre a produção e o consumo, como entre os três registros ecológicos. Se alimentar é um ato maior do que uma simples ingestão de alimentos e nutrientes, é carregado de significados socioculturais, afetivos etc., assim como também é um ato político.

REFERÊNCIAS

AFTER The Harvest: Fighting Hunger in the Coffeelands. Direção: Brian Kimmel. Produção: Laura Peterson. [S.l.]: Optic Nerve Production. 2011.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BOÉTIE, L. A. E. D. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Escuta, 1987.

BOMBARDI, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, setembro 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASILEIRO, S. **Custo médio de produção do café arábica é de R\$ 373,03 por saca no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.cncafe.com.br/site/interna.php?id=10080>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Tradução de Maurício Santana Dias. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CHAKRABARTY, D. The climate of history: Four theses. **Critical inquiry**, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.

CHAUÌ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CLASTRES, P. Liberdade, Mau encontro, Inominável. In: _____ **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p. 153-171.

CONNECTAS, D. H. Trabalho escravo em fazendas de café em MG é denunciado na OCDE: Nestlé, McDonald's, Starbucks e mais três grandes empresas transnacionais são acusadas de falta de transparência e falhas no rastreamento da cadeia de produção, 2018. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/trabalho-escravo-cafe-minas-gerais-ocde>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

DELEUZE, G. **O abecedário de Gilles Deleuze: uma realização de Pierre-André Boutang**. Paris: produzido pelas Éditions Montparnesse, 1988-1989. Disponível em: acessado em 30/05/2018.

DELEUZE, G. POST-SCRIPTUM SOBRE AS SOCIEDADES DE CONTROLE. In: _____ **Conversações: 1972-1990**. Tradução de Peter Pál Pelbart. [S.l.]: editora 34, 1992. p. 219-226.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: 34, v. 5, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.

DEMATTEIS, G. Geografia Democrática, território e desenvolvimento local. **Formação**, v. 2, n. 12, p. 11-26, 2005.

DESJEUX, D. **O Consumo - Abordagens em Ciências Sociais**. Maceió: Edufal, 2011.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. X, n. 218 (3), p. 1-19, Agosto 2006.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANA E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM REGIÃO E CIDADE DO AGRONEGÓCIO. **GEOgraphia (UFF)**, v. 17, p. 10-35, 2015.

FARIA, N. M. X. et al. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxico. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, set-out 2004. 1298-1308.

FERRARI, P.; SPECKHARD, D. Opinion: Fair Prices Desperately Needed to End Coffee Farmer Poverty. **Daily Coffee News**, 2019. Disponível em: <<https://dailycoffeenews.com/2019/04/08/opinion-fair-prices-desperately-needed-to-end-coffee-farmer-poverty/>>. Acesso em: 10 Abril 2019.

FOUCAULT, M. **Dits et écrits - 1954 - 1988 Tome I (1954-69)**. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2006.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade. Presidente Prudente, p. 438. 2006.

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates: revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 5, n. 16, p. 109-120, 1985.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2014.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

ICO. International Coffee Organization. **Total production by all exporting countries In thousand 60kg bags**, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.ico.org/prices/po-production.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

- LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Sesc, 2014.
- LÉRY, J. D. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.
- MADELEY, J. **O Comércio da Fome**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MARLEY, B. **Concrte Jungle**. Kingston: Tuff Gong, Island Records, 1973.
- MARTINS, A. L. **História do café**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, A. L. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MASSEY, D. B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2008.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, 2011.
- NOTÍCIAS Agrícolas. **Café Arábica - Mercado Físico (Tipo 6 duro)**, 2018. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/cotacoes/cafes/cafes-arabica-mercado-fisico-tipo-6-duro>>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.
- OXFAM. Recompensem o trabalho, não a riqueza. **Oxfam Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/assim-nao-davos>>. Acesso em: 10 Abril 2019.
- PENHA, D. **Fazenda com trabalho escravo tinha selo da Starbucks, que nega comprar café do local**, 2108. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/08/03/fazenda-de-caffe-certificada-pela-starbucks-e-flagrada-com-trabalho-escravo.htm>>. Acesso em: 09 ago. 2018.
- PEREIRA, M. F. V. Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro. **CUADERNOS DE GEOGRAFÍA | REVISTA COLOMBIANA DE GEOGRAFÍA** |, BOGOTÁ, v. 23, n. 2, p. 239-254, jul-dic 2014.
- PEREIRA, V. G. M. et al. A relação entre o uso de agrotóxico e o aumento do índice de câncer no Brasil. **Gestão em Foco**, São Lourenço, p. 164-170, 2017.
- PIMENTEL, A. V.; AYMAR, I. M.; LAWSON, M. **Compensem o trabalho, não a riqueza**. Oxfam. Oxford. 2018. (ISBN 978-1-78748-135-0).
- SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: EDITORA BEST SELLER, 1999.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. D.; SILVEIRA, M. L. (.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K.; AL, E. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 13-21.

SEABRA, J. H. S. **Cinema: tempo, memória, análise**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

SOARES, D. F.; FARIA, A. M.; ROSA, A. H. Análise de risco de contaminação de águas subterrâneas por resíduos de agrotóxicos no município de Campo Novo do Parecis (MT), Brasil. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, [online], v. 22, n. 2, p. 277-284, 2017.

SOARES, W. L. **Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura**. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, p. 150. 2010.

SOARES, W.; ALMEIDA, R. M. V. R.; MORO, S. Trabalho rural e fatores de risco associados ao regime de uso de agrotóxico em Minas Gerais, Brail. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 1117-1127 jul-ago 2003.